

**PROJETO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**SINPRO**

**DIRETORA RESPONSÁVEL: VIVIANA APARECIDA DE LIMA**

**CAMPINAS ,2007**

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente projeto visa atender a uma demanda específica do trabalho de base do Sinpro Campinas referente à educação superior.

Para efeitos do presente projeto, julgamos ser oportuna a recuperação de alguns conceitos e informações que possam auxiliar os diretores sobre o tema.

Considerando que, não há uma estruturação das informações referentes à educação superior no sindicato, pretendemos que o material ora apresentado na forma de um diagnóstico inicial para situar o problema, sirva de subsídios e alavanca para o desenvolvimento de ações sistemáticas que visem o enfrentamento dos principais desafios para esse nível de ensino.

## **PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.**

A educação é um bem público e um direito básico e universal dos cidadãos, fator estratégico para a nação e se constitui em um elemento de transformação pessoal.

Por essa razão, a qualidade da educação superior é indispensável para a garantia do papel social e político da Educação. Nessa direção a educação superior portanto, deve ser assumida como objetivo central e estratégico do Sistema de Ensino Superior, tanto Público como Privado se comprometendo a formar profissionais de qualidade, produzir ciência e tecnologia, assim como cooperar no entendimento do ser humano e do meio em que vive, gerando e divulgando conhecimentos culturais, científicos e técnicos.

Para atender a essas diretrizes torna-se fundamental a necessidade de reconhecer a pluralidade e a diversidade regional das Instituições do Sistema Federal, para que o Estado assuma efetivamente o compromisso de supervisionar o Ensino Superior, implantando um Sistema Nacional de Avaliação para combater desigualdades sociais e regionais.

A defesa em torno na bandeira do fortalecimento do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas Universidades deve estar presente na luta por uma educação superior de qualidade, bem como a defesa da gratuidade no ensino nas Instituições do Sistema Público Federal além da manutenção do vínculo com os demais níveis de educação, em especial com a formação de professores do outros níveis de ensino.

### **A MISSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.**

A missão das Instituições de Ensino Superior deve ser voltada ao desenvolvimento da nação de forma a criar, desenvolver, sistematizar e difundir conhecimentos, em suas áreas de atuação, a partir da liberdade de pensamento e de opinião, tendo como meta participar e contribuir para o desenvolvimento social, econômico, cultural e científico da nação, promovendo a inclusão da diversidade étnico-cultural e a redução das desigualdades sociais e regionais do país.

Cabe à todas as Instituições de Ensino Superior garantir, na formação de seus estudantes, valores éticos diante da sociedade e do conhecimento , a internacionalização, própria à esfera do conhecimento, da ciência e das artes, como forma de assumir o fortalecimento dos compromissos com o desenvolvimento de nosso país e a promoção da justiça social.

## **REFORMA UNIVERSITÁRIA**

De acordo com Peixoto (2006), algumas condições são necessárias para que a reforma universitária aconteça:

a) Condições Políticas:

a.1) Autonomia:

- . O exercício da autonomia deve estar garantido às instituições públicas e privadas, sendo asseguradas as devidas condições jurídicas, administrativas, financeiras e de gestão.
- . A autonomia exige práticas de avaliação permanentes que contribuam para o aprimoramento da instituição e o cumprimento de sua missão.

a.2) Financiamento:

- . Deve haver o financiamento necessário para garantir a autonomia nas IFES
- . Deve valorizar docentes e técnicos administrativos;
- . A lei deve instituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior, não contingenciado.
- . Subordinado a dispositivos regulatórios e garantido através do acompanhamento do Plano de Desenvolvimento e Gestão.
- . Oferecer garantia da manutenção e uma adequada política de expansão que deverá estar associada a um compromisso de qualidade, inclusão e aumento da oferta de vagas em Instituições Públicas.

a.3) Avaliação e Regulação:

.A avaliação garante o cumprimento da missão social das instituições de ensino superior, sejam públicas ou privadas

.A avaliação é a referência básica às atividades de supervisão e regulação

.A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES- estabelece diretrizes, critérios e estratégias para o processo de avaliação.

.O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – assegura o complexo processo de avaliação definido pela CONAES.

Como componentes do **SINAES -Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior** temos:

- Avaliação das instituições (AVALIES)
  - auto-avaliação, conduzida pelas Comissões Próprias de Avaliação;
  - avaliação externa, realizada por comissões externas designadas pelo INEP;
- Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG);
- Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

b) Condições Acadêmicas:

b.1) Relevância:

. Para a comunidade acadêmica, superando as barreiras entre ensino, pesquisa e extensão, dentre as diversas áreas de conhecimento.

. Para a comunidade que está situada, interagindo com a sociedade, seus valores, necessidades, potenciais e saberes.

. Para a comunidade de conhecimento em que está integrada contribuindo para a articulação internacional.

#### b.2) Eqüidade – Acesso e Permanência

.O acesso às IES se fará por processo seletivo devendo levar em consideração, de forma parcial ou total, os resultados do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).

.A melhoria progressiva da qualidade do Ensino Médio público é, por certo, a mais eficiente política de inclusão social no que diz respeito ao acesso à Educação Superior.

.A política de cotas nas IFES deve priorizar alunos provenientes do Sistema Público e, via cotas étnicas.

.Mínimo de 50% para alunos provenientes de Instituições Públcas;

.Cotas progressivas para os cursos começando em mínimo de 10%;

.Formas de apoio material aos estudantes carentes com comprovado bom rendimento escolar e ampliação de cursos noturnos (Loteria Especial para Financiamento da Bolsa-permanência).

#### b.3) Qualidade – Conteúdos e Programas:

.Estímulo à flexibilização dos currículos de graduação;

.Discussão sobre ciclo inicial de formação, com a duração de dois anos, conjugado com a melhoria do Ensino Médio;

c) Condições Estruturais:

c.1) Organização:

- . Nova estrutura organizativa que reflete avanços epistemológicos, a interdisciplinaridade, projeto pedagógico dos cursos;
- . Reavaliação e substituição da atual estrutura departamental conforme decisão autônoma das IES;
- . Constituição de Conselho Social ou Comunitário de integração entre IES e Sociedade.

c.2) Gestão:

- . Permite diferentes tipos de eleição e participação discente e de técnicos administrativos;
- . Plano de carreira para corpo docente e técnico-administrativo por sistemas de avaliação e progressão por mérito;
- . Adequação dos cargos docentes às novas estruturas das IFES

## **2. ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR.**

### ***2.1) Universidades***

São instituições pluridisciplinares, públicas ou privadas, de formação de quadros profissionais de nível superior, que desenvolvem atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão.

### ***2.2) Universidades Especializadas***

São instituições de educação superior, públicas ou privadas, especializadas em um campo do saber como, por exemplo, Ciências da Saúde ou Ciências Sociais, nas quais são desenvolvidas atividades de ensino e pesquisa e extensão , em áreas básicas e/ou aplicadas.

### ***2.3)Centros Universitários***

São instituições de educação superior, públicas ou privadas, pluricurriculares, que devem oferecer ensino de excelência e oportunidades de qualificação ao corpo docente e condições de trabalho à comunidade escolar.

### ***2.4) Centros Universitários Especializados***

São instituições de educação superior, públicas ou privadas, que atuam numa área de conhecimento específica ou de formação profissional, devendo oferecer ensino de excelência e oportunidades de qualificação ao corpo docente e condições de trabalho à comunidade escolar.

### ***2.5)Faculdades Integradas e Faculdades***

São instituições de educação superior públicas ou privadas, com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento, organizadas sob o mesmo comando e regimento comum, com a finalidade de formar profissionais de nível superior, podendo ministrar cursos nos vários níveis (seqüenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão) e modalidades do ensino.

### ***2.6)Institutos Superiores ou Escolas Superiores***

São instituições de educação superior, públicas ou privadas, com finalidade de ministrar cursos nos vários níveis (seqüenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão).

### ***2.7)Centros de Educação Tecnológica***

São instituições especializadas de educação profissional, públicas ou privadas, com a finalidade de qualificar profissionais em cursos superiores de educação tecnológica para os diversos setores da economia e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo, inclusive, mecanismos para a educação continuada.

## **3. TIPOS DE INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR.**

As instituições de educação superior estão classificadas segundo a **natureza jurídica de suas mantenedoras** em :

- a) **Pública** (criadas por Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo e aprovado pelo Poder Legislativo)

b) **Privada** (criadas por credenciamento junto ao Ministério da Educação).

**Instituições Públicas** são criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público e estão classificadas em:

- Federais - mantidas e administradas pelo Governo Federal;
- Estaduais - mantidas e administradas pelos governos dos estados;
- Municipais - mantidas e administradas pelo poder público municipal.

**Instituições Privadas** São mantidas e administradas por **pessoas físicas ou pessoas jurídicas** de direito privado e dividem-se, ou se organizam, entre Instituições privadas com fins lucrativos ou privadas sem fins lucrativos.

1) **Instituições privadas com fins lucrativos ou Particulares em Sentido Estrito** são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Sua vocação social é exclusivamente empresarial.

2) **Instituições privadas sem fins lucrativos**, podem ser, quanto a sua vocação social:

2.1) **Comunitárias** - Incorporam em seus colegiados representantes da comunidade. Instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluem, na sua entidade mantenedora, representantes da comunidade;

2.2) **Confessionais** - Constituídas por motivação confessional ou ideológica. Instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específicas;

2.3) **Filantrópicas** - Aquelas cuja mantenedora, sem fins lucrativos, obteve junto ao Conselho Nacional de Assistência Social o Certificado de Assistência Social. São as instituições de educação ou de assistência social que prestem os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração.

#### 4 . OS TIPOS DE CURSO E DE DIPLOMA

Após a conclusão do ensino médio ou equivalente, o sistema educacional brasileiro oferece as seguintes opções para a continuidade dos estudos superiores:

- a) **Cursos seqüenciais:** com até dois anos de duração
- b) **Cursos de graduação:** a maioria com quatro anos de duração, havendo, porém, cursos de formação tecnológica, com dois ou três anos de duração, e cursos com cinco ou seis anos, como os de engenharia e de medicina.

Depois da graduação, há uma série de opções para a pós-graduação:

- a) **Pós-graduação lato sensu :** cursos de especialização e MBA ou equivalentes
- b) **Programas de pós-graduação stricto sensu:** Mestrado (Acadêmico e Profissional) e o Doutorado.

Os cursos seqüenciais e cursos de graduação de formação tecnológica podem ser uma opção para uma inserção mais rápida no mercado de trabalho. É possível, posteriormente, fazer um curso de graduação plena, com aproveitamento dos créditos

correspondentes às disciplinas já cursadas. Dependendo do curso que você escolher e de seus planos de estudos, você poderá obter mais de um diploma, como, por exemplo, um diploma de bacharel e um de licenciado.

## **CURSOS DE GRADUAÇÃO E DIPLOMAS**

São os mais tradicionais e conferem diploma com o grau de Bacharel (ex.: Bacharel em Física), Licenciado (ex.: Licenciado em Letras), Tecnólogo (ex.: Tecnólogo em Hotelaria) ou título específico referente à profissão (ex: Médico). O grau de Bacharel ou o título específico referente à profissão habilitam o portador a exercer uma profissão de nível superior; o de Licenciado habilita o portador para o magistério no ensino fundamental e médio.

É possível obter o diploma de Bacharel e o de Licenciado cumprindo os currículos específicos de cada uma destas modalidades. Além das disciplinas de conteúdo da área de formação, a licenciatura requer também disciplinas pedagógicas e 300 horas de prática de ensino.

Os cursos de graduação podem oferecer uma ou mais habilitações.

## **HABILITAÇÃO**

É um programa instrucional com requisitos específicos como: disciplinas, estágio, trabalho de conclusão, dentre outros. É vinculada obrigatoriamente a um curso de graduação, visando habilitar o aluno a exercer uma atividade específica dentro da área de conhecimento do seu curso. As diferentes habilitações de um mesmo curso de

graduação devem, necessariamente, compartilhar um núcleo comum de disciplinas e atividades.

## CURSOS SEQÜENCIAIS

Destinam-se à obtenção ou atualização de qualificações técnicas, profissionais ou acadêmicas. Há duas modalidades de curso seqüencial: curso superior de formação específica e curso superior de complementação de estudos.

### CURSO SUPERIOR DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

É um programa de formação de estudantes em qualificações técnicas, profissionais ou acadêmicas, que confere um diploma aos concluintes. É constituído por um conjunto de disciplinas e atividades organizadas, com carga horária e duração mínimas de 1.600 horas e 400 dias letivos, respectivamente.

### CURSO SUPERIOR DE COMPLEMENTAÇÃO DE ESTUDOS

É um programa de formação de estudantes em qualificações técnicas, profissionais ou acadêmicas, com destinação coletiva ou individual, conferindo certificado. É obrigatoriamente vinculado a curso de graduação existente na IES e é constituído por um conjunto de disciplinas e atividades para atender a objetivos educacionais definidos pela instituição, no caso de cursos coletivos, ou para atender às necessidades individuais.

## MODALIDADES DE ENSINO

O ensino pode ser ministrado nas seguintes modalidades:

- Presencial- quando exige a presença do aluno em, pelo menos, 75% das aulas e em todas as avaliações.
- Semipresencial - quando combina ensino presencial com parte de ensino e de outras atividades que podem ser realizadas a distância.
- A distância- quando a relação professor-aluno não é presencial, e o processo de ensino ocorre utilizando os vários meios de comunicação: material impresso, televisão, internet, etc.

## SISTEMA CURRICULAR

O sistema curricular é a forma de organização do currículo de um curso. Pode ser de Créditos ou Seriado.

**Sistema de Créditos** - organização de um currículo em que as disciplinas teóricas ou práticas são independentes, embora organicamente relacionadas (algumas podem se constituir em pré-requisitos de outras), cada uma correspondendo a um determinado número de créditos ou horas-aula semanais que, quando somados, deverão integralizar o número de créditos exigidos para a conclusão do curso. Usualmente, os sistemas de créditos oferecem mais flexibilidade na formação, compartilhando disciplinas com vários cursos e facilitando a transferência do aluno de um curso para outro.

**Sistema Seriado** - organização de um currículo em que as atividades e disciplinas teóricas ou práticas são distribuídas em blocos solidários, realizados num determinado período de tempo chamado de série. Embora as disciplinas não possam ser cursadas isoladamente, na maioria dos cursos são aceitas disciplinas de dependência da série anterior.

## **5 . A SITUAÇÃO LEGAL DOS CURSOS**

As instituições da Educação Superior têm que seguir determinadas regras para abrir novos cursos e diplomar seus concluintes. Todos os cursos são criados por meio de um ato legal, que pode ser chamado de **criação** ou **autorização**, dependendo da organização acadêmica da instituição.

O **ato de criação** é restrito às universidades e centros universitários. Geralmente é resultado da aprovação de um colegiado superior da instituição, como o Conselho Universitário, Conselho de Ensino ou similar. Neste caso, não é necessária a aprovação de nenhuma instância superior.

O **ato de autorização** é necessário às instituições não-universitárias: faculdades integradas, faculdades, escolas ou institutos superiores. Neste caso elas devem submeter as suas propostas de criação dos cursos de graduação a instâncias superiores: Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação, quando forem instituições públicas federais ou privadas. Já as instituições públicas estaduais e municipais deverão submeter seus pedidos de abertura de cursos aos respectivos Conselhos Estaduais de Educação.

### **5.1 . CRIAÇÃO, AUTORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DE CURSOS**

Em primeiro lugar, é importante saber que as universidades e os centros universitários são os dois únicos tipos de instituição com autonomia para criar ou fechar cursos sem autorização prévia. Mesmo assim, há um limite: quando essas instituições quiserem

abrir cursos novos (ou incorporar cursos existentes) fora de suas sedes, elas também precisam de autorização.

Todas as demais instituições de educação superior que queiram criar um curso precisam passar pelo processo formal de autorização. Esse é o ato legal que permite a instalação do curso e a abertura de processo seletivo para matrícula de alunos.

A situação legal de criado ou autorizado, entretanto, é transitória. Existe uma outra situação legal para os cursos de instituições superiores: o **reconhecimento**.

O curso criado ou autorizado pode abrir inscrições, realizar processo seletivo e receber alunos, mas não pode ainda conferir diploma. Deve solicitar ao Ministério da Educação o reconhecimento quando cumprir 50% de seu projeto curricular.

O curso reconhecido está habilitado a conferir diploma a seus alunos. Já passou pela etapa de autorização e tem quatro ou mais anos de funcionamento. No entanto, esta situação não é permanente: o reconhecimento é concedido por prazo determinado ou o curso pode perder sua competência para outorgar diplomas se obtiver três conceitos D ou E consecutivos no ENADE e uma condição insuficiente na dimensão corpo docente da Avaliação das Condições de Ensino, realizada pelo MEC.

## 5.2.A AUTORIDADE LEGAL QUE REGE A EDUCAÇÃO SUPERIOR

A regra exige que das universidades e centros universitários a obtenção de autorização para abrir ou incorporar cursos fora das sedes, tem o objetivo de prevenir expansões apressadas. É possível crescer e se expandir geograficamente, mas com qualidade.

Outra regra importante é a que define a autoridade à qual a instituição está subordinada. A educação superior no Brasil está organizada em sistema federal e sistemas estaduais. O sistema federal está sob a autoridade do MEC e do Conselho Nacional de Educação (CNE) e os sistemas estaduais são regidos pelas Secretarias de Estado e Conselhos Estaduais de Educação (CEEs). Os dois tipos de sistemas têm liberdade relativa, porque precisam obedecer à Constituição Federal e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

O sistema federal exerce sua autoridade sobre todas as instituições privadas e sobre a rede de universidades e demais escolas federais . Os sistemas estaduais compreendem as instituições de educação superior públicas estaduais e municipais. Embora não sejam obrigadas a seguir todas as determinações do MEC, os sistemas estaduais tendem a aderir às iniciativas do Ministério.

### 5.3. O PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DE CURSOS

Para abrir um novo curso, a primeira etapa é a obtenção de autorização. Para isso, a IES prepara o projeto do curso e o submete à Secretaria de Educação Superior - SESu do MEC. A partir deste projeto, o MEC conclui se o curso atende aos **padrões de qualidade** definidos para cada área de formação.

Obtida a autorização, o curso pode então abrir inscrições para o processo seletivo, receber alunos e cumprir o projeto pedagógico, mas ainda não pode conferir diploma. A autorização vale até quando a primeira turma de alunos estiver entrando no último

período, ou seja, já em vias de completar a sua formação. A esta altura, o curso precisa obter o seu reconhecimento.

O processo de reconhecimento, necessário para que o curso possa conferir diploma aos concluintes, compreende a remessa de documentação à SESU/MEC e uma Avaliação das Condições de Ensino, realizada pelo INEP. A Comissão verificadora se reúne com os dirigentes, coordenadores, funcionários, professores e alunos, e avalia três dimensões: Organização Didático-pedagógica, Corpo Docente e Instalações. O relatório conclusivo da Comissão de Verificação confere um conceito para cada dimensão avaliada. A partir desta avaliação a SESU/MEC emite um documento recomendando ou não ou reconhecimento, com um prazo de até cinco anos. Os processos de autorização e reconhecimento de cursos e as recomendações das Comissões de Avaliação in loco são homologadas pelo Ministro da Educação e depois transformado em ato do Poder Executivo.

## 6. AS AVALIAÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

O Brasil passou a contar, a partir de 1995, com vários mecanismos de avaliação dos cursos de graduação, que fornecem à sociedade e aos gestores educacionais uma série informações. Mas, como são recentes, elas ainda não atingem todos os cursos e instituições. O novo Sistema de Avaliação da Educação Superior - Sinaes - é composto pelos seguintes instrumentos:

- Avaliações das Condições de Ensino: o MEC utiliza esta avaliação para promover o reconhecimento ou a renovação dos cursos de graduação;

- Avaliação Institucional: esta avaliação tem por objetivo verificar as condições gerais de funcionamento dos estabelecimentos de educação superior, diferentemente da Avaliação das Condições de Ensino e do Exame Nacional de Cursos, que são centrados nos cursos de graduação;
- Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE: aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

## 7. AVALIAÇÕES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

A partir de meados dos anos 90, o governo implantou um sistema de avaliação da educação superior para garantir que a expansão da oferta de cursos de graduação ocorresse com a qualidade necessária. Atualmente, os instrumentos de avaliação têm como finalidade acompanhar as seguintes etapas do processo de criação e existência de um curso:

- (1) autorização para abertura de um novo curso em instituição não universitária;
- (2) reconhecimento de um curso já autorizado ou criado por instituição universitária e que está em vias de graduar sua primeira turma, para que ele possa conferir diplomas válidos;
- (3) renovação do reconhecimento de um curso.

As avaliações resultam nos seguintes conceitos:

Para autorização, a SESu/MEC, após verificação *in loco*, emite relatório no qual o curso é enquadrado em uma das seguintes situações:

- Autorizado
- Não autorizado

Para o reconhecimento ou renovação do reconhecimento, são emitidos, pela comissão de verificação *in loco* do INEP, um dos seguintes conceitos para cada dimensão avaliada - organização didático-pedagógica, corpo docente, instalações:

- CMB (Condições Muito Boas),
- CB (Condições Boas),
- CR (Condições Regulares) e
- CI (Condições Insatisfatórias).

No Provão, os conceitos são distribuídos segundo o desempenho do curso e sua posição em relação aos demais cursos da área, nas seguintes faixas:

- A - notas acima de um desvio-padrão da média geral;
- B - notas entre 0,5 (inclusive) e um desvio-padrão, acima da média geral;
- C - notas entre 0,5 desvio-padrão acima e 0,5 desvio-padrão abaixo da média geral;
- D - notas entre 0,5 (inclusive) e um desvio-padrão, abaixo da média geral;

#### **E - notas abaixo de um desvio padrão (inclusive) da média geral.**

## 8. AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

Até a década de 90 e, particularmente, até a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em dezembro de 1996, as instituições de educação superior brasileiras eram autorizadas a funcionar em bases permanentes. Uma vez credenciada, a instituição podia funcionar indefinidamente, desde que cumprisse a lei. O processo de credenciamento era burocrático e não previa nenhum tipo de avaliação institucional futuro.

Essa licença permanente, porém, não valia para tudo. Por exemplo: as atividades de pesquisa foram submetidas a avaliação das agências financeiras e o ensino de pós-graduação, desde meados dos anos 70, passa por um sistema bianual de avaliação administrado pela Capes.

As instituições que não realizavam pesquisas e nem participavam do sistema de pós-graduação funcionavam sem

passar por qualquer avaliação institucional. Elas estavam sujeitas apenas a processos burocráticos para autorização de novos cursos, alteração do número de vagas, etc. Esse era o caso da esmagadora maioria das instituições privadas não universitárias.

Essa situação começou a mudar quando as universidades, no início da década de 90, passaram a adotar um sistema de auto-avaliação institucional, desenvolvido pelo MEC, denominado PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras), voluntário e definido pela própria instituição.

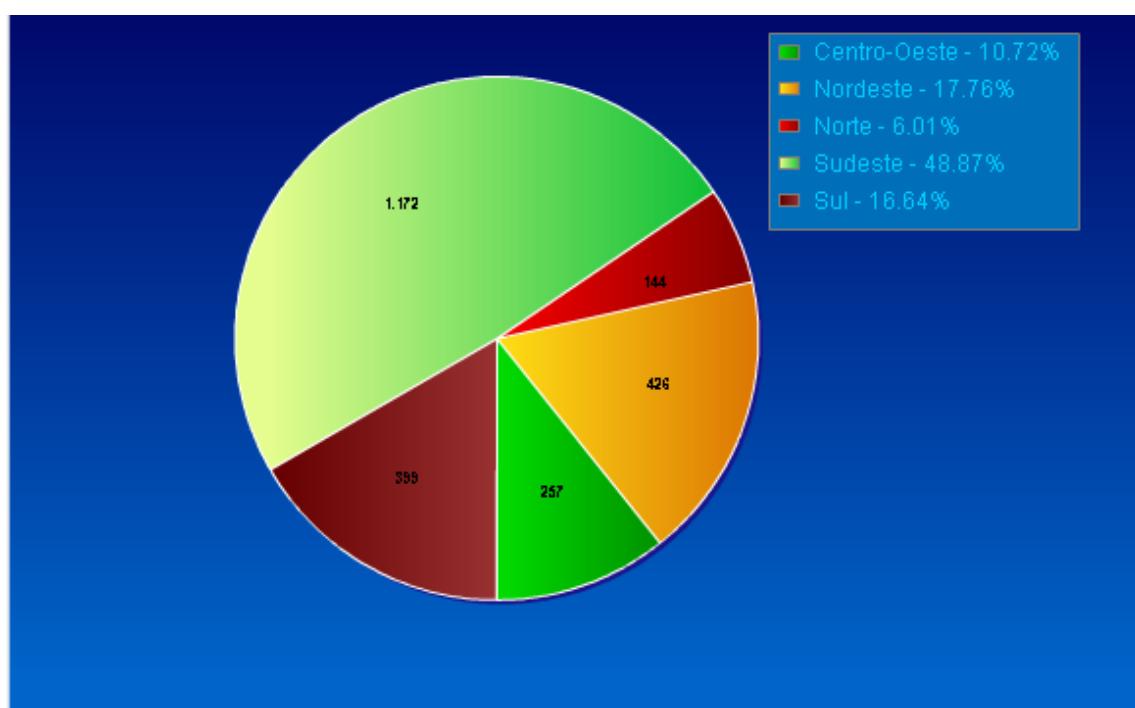
Em 1996, com a LDB foi introduzido o princípio de que o credenciamento das instituições passava a ser temporário e, desde então, todos os atos de credenciamento institucional passaram a fixar o prazo de validade da credencial. Entretanto, estamos falando de um sistema recente. Ele vem sendo usado para as instituições novas ou para aquelas que se transformaram em universidades ou centros universitários desde 1996. A partir de 2002, vêm sendo implementados os processos de avaliação institucional para efeito de recredenciamento de centros universitários que, posteriormente, serão estendidos às universidades e às instituições não universitárias de educação superior.

## 9. A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM NÚMEROS

Tabela 1: Total de IES, segundo a região, Brasil,2006.

Região da IES	IES
Centro-Oeste	257
Nordeste	426
Norte	144
Sudeste	1.172
Sul	399
Total	2.398

Figura 1 : Total de IES, segundo a região, Brasil,2006.



Do total de 2398 IES existentes no país, podemos observar que 1172 ( 48,87%) estão na região sudeste sendo que o estado de São Paulo concentra 575 IES ( 49,06%) seguido de Minas Gerais com 338 ( 28,84%).

Tabela 2: Total de IES, segundo a organização acadêmica, Brasil, 2006.

Organização acadêmica	IES
Centros universitários	185
Faculdades	2.036
Universidades	177
Total	2.398

Figura 2: Total de IES, segundo a organização acadêmica, Brasil, 2006.

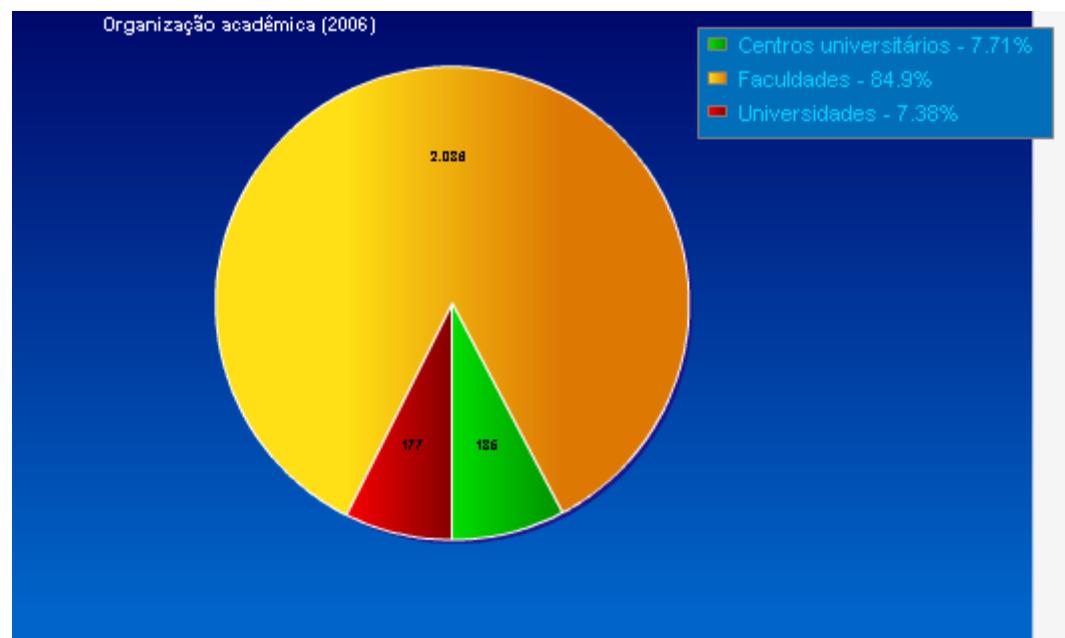


Tabela 3: Total de IES, segundo a categoria, Brasil, 2006

Categoria da IES	IES
Privada	2.141
Pública	257
Total	2.398

Figura 3: Total de IES, segundo a categoria, Brasil, 2006.

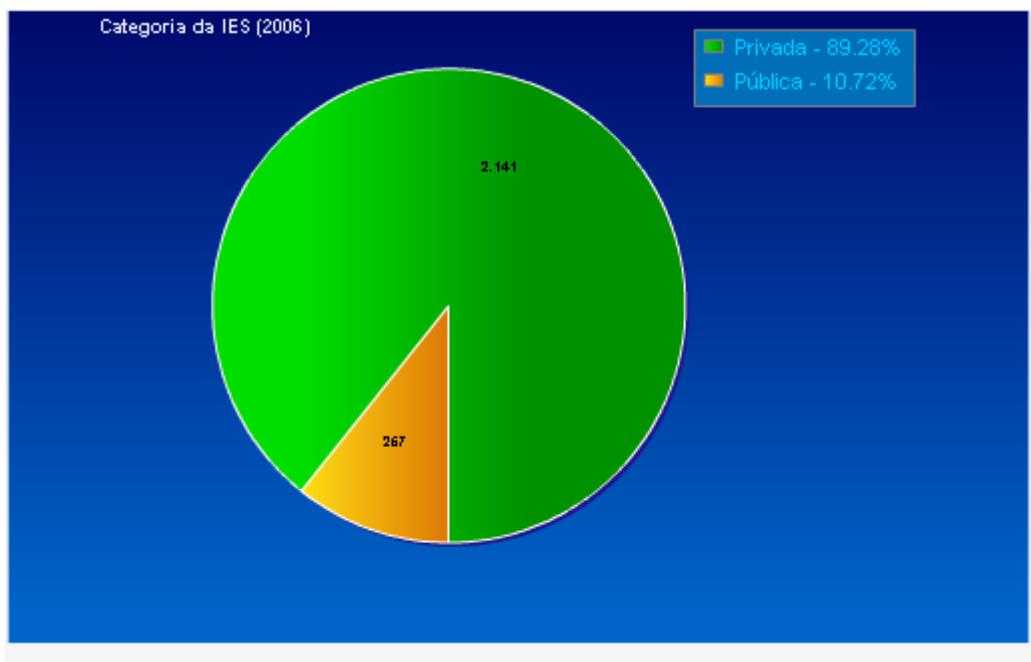


Tabela 4: Total de Universidades, segundo a categoria da IES, Brasil, 2006.

<b>Categoria da IES</b>	<b>IES</b>
<a href="#"><u>Privada</u></a>	<a href="#"><u>86</u></a>
<a href="#"><u>Pública</u></a>	<a href="#"><u>91</u></a>

Tabela 5: Total de Centros Universitários, segundo a categoria da IES, Brasil,2006.

<b>Categoria da IES</b>	<b>IES</b>
<a href="#"><u>Privada</u></a>	<a href="#"><u>143</u></a>
<a href="#"><u>Pública</u></a>	<a href="#"><u>42</u></a>

Tabela 6: Total de Faculdades, segundo a categoria da IES, Brasil,2006.

<b>Categoria da IES</b>	<b>IES</b>
<a href="#"><u>Privada</u></a>	<a href="#"><u>1.912</u></a>
<a href="#"><u>Pública</u></a>	<a href="#"><u>124</u></a>

Tabela 7 : Total de IES, segundo a Subcategoria da IES, Brasil,2006.

<b>Subcategoria da IES</b>	<b>IES</b>
Estadual	92
Federal	105
Municipal	60
Particular	2.141
Total	2.398

Figura 4: Total de IES, segundo a Subcategoria, Brasil,2006.

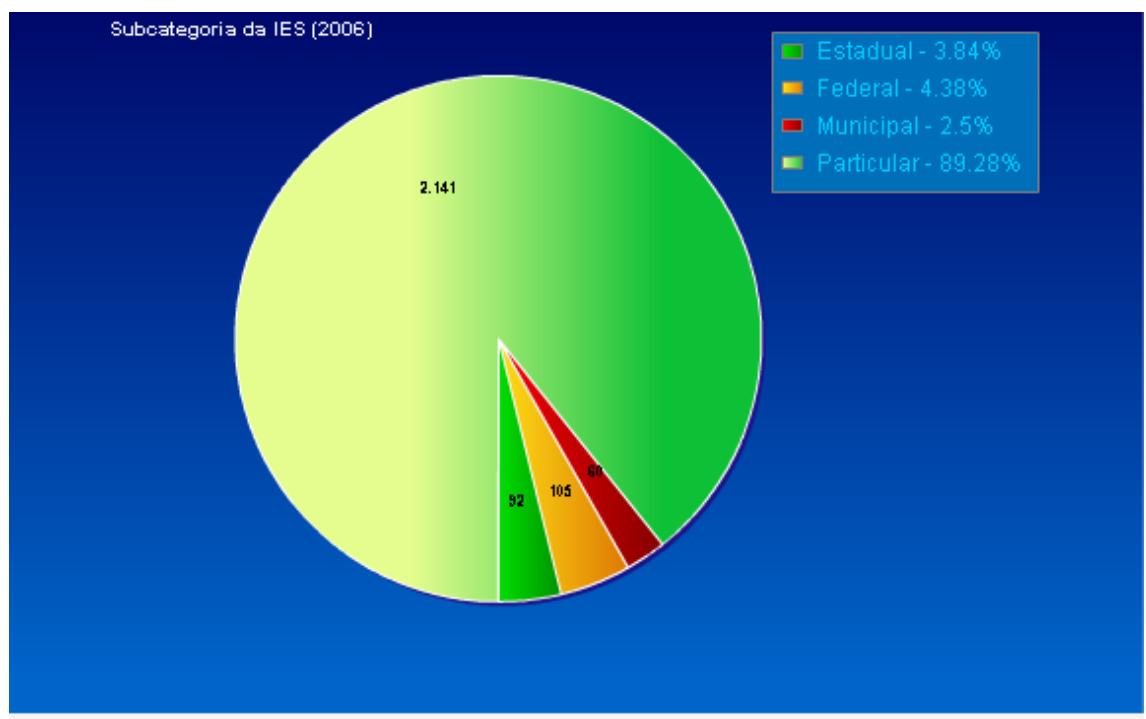


Tabela 8: Total de Universidades, segundo a Subcategoria da IES, Brasil,2006.

<b>Subcategoria da IES</b>	<b>IES</b>
<a href="#"><u>Estadual</u></a>	<a href="#"><u>33</u></a>
<a href="#"><u>Federal</u></a>	<a href="#"><u>53</u></a>
<a href="#"><u>Municipal</u></a>	<a href="#"><u>5</u></a>
<a href="#"><u>Particular</u></a>	<a href="#"><u>86</u></a>

Tabela 9: Total de Centros Universitários, segundo a Subcategoria da IES, Brasil,2006.

<b>Subcategoria da IES</b>	<b>IES</b>
<a href="#"><u>Estadual</u></a>	<a href="#"><u>2</u></a>
<a href="#"><u>Federal</u></a>	<a href="#"><u>37</u></a>
<a href="#"><u>Municipal</u></a>	<a href="#"><u>3</u></a>
<a href="#"><u>Particular</u></a>	<a href="#"><u>143</u></a>

Tabela 10: Total de Faculdades, segundo a Subcategoria da IES, Brasil,2006.

<b>Subcategoria da IES</b>	<b>IES</b>
<a href="#"><u>Estadual</u></a>	<a href="#"><u>57</u></a>
<a href="#"><u>Federal</u></a>	<a href="#"><u>15</u></a>
<a href="#"><u>Municipal</u></a>	<a href="#"><u>52</u></a>
<a href="#"><u>Particular</u></a>	<a href="#"><u>1.912</u></a>

De acordo com os apresentados, as IES do tipo Faculdades somam 2036 instituições e correspondem a 84,90% do total de IES existentes no país, ao mesmo tempo em que os 185 Centros Universitários e as 177 Universidades correspondem a ( 7,71% )e (7,38%) do total de IES respectivamente.

Quanto a categoria das IES, as informações apontam para um quadro no qual há um predomínio do setor privado nesse nível de ensino correspondendo a 2141 IES

(89,28% )em relação ao setor público que conta com 257 instituições o que equivale a ( 10,72%).

Quando observamos a distribuição dos setores público e privado, é possível observar um comportamento no qual há um equilíbrio maior entre os dois setores no caso das universidades com uma participação de 91 IES públicas ( 51,41%) e 86 IES privadas

(48,58%).

Já com relação aos Centros Universitários observamos um distanciamento maior dessa situação, uma vez que a participação do setor privado é de (77,2%) e conta com 143 IES enquanto que a do setor público é de (22,70%) perfazendo um total de 42 IES.

O desequilíbrio entre os setores público e privado aumenta ainda mais quando analisamos as informações relativas as Faculdades, onde há uma intensa presença do setor privado que conta com 1912 IES ( 93,91%) contra 124 IES públicas o que corresponde apenas a (6,09%) .

Vale ressaltar que no setor privado temos como subcategoria as IES do tipo particulares que perfazem um total de 2141 instituições o que corresponde a ( 89,28%), apontando uma tendência mercantil dessas instituições.

Tabela 11: Total de cursos de graduação por modalidade de ensino, segundo a região do país, Brasil, 2006.

Região do curso	Curso graduação presencial	Curso graduação a distância	Curso tecnológico presencial	Curso tecnológico a distância
Centro-Oeste	2.034	19	304	3
Nordeste	4.101	90	414	2
Norte	1.506	26	141	2
Sudeste	9.942	88	2.238	4
Sul	4.186	48	653	23
Total	21.769	271	3.750	34

Figura 5: Total de cursos de graduação por modalidade de ensino, segundo a região do país, Brasil,2006.

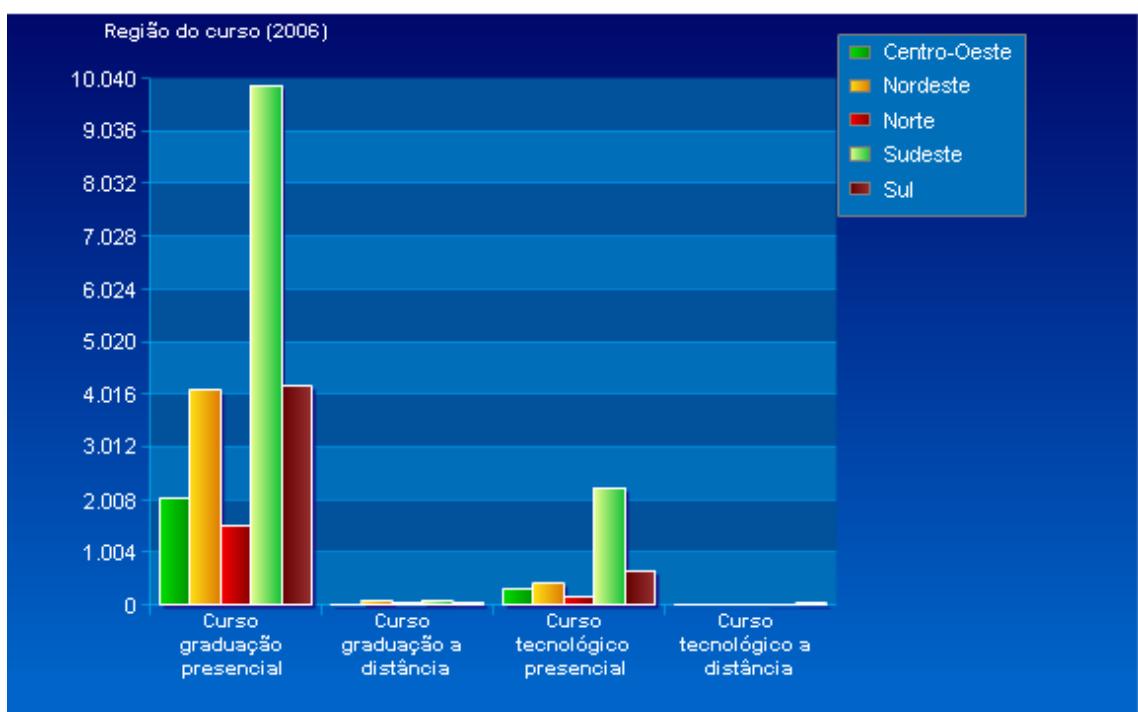


Tabela 12:Total de cursos de graduação por modalidade de ensino, segundo a organização acadêmica,Brasil,2006.

Organização acadêmica	Curso graduação presencial	Curso graduação a distância	Total de cursos
Centros universitários	2.721	24	3.611
Faculdades	7.206	88	8.802
Universidades	11.842	159	13.411
Total	21.769	271	25.824

Figura 6: Total de cursos de graduação por modalidade de ensino, segundo a organização acadêmica, Brasil, 2006.

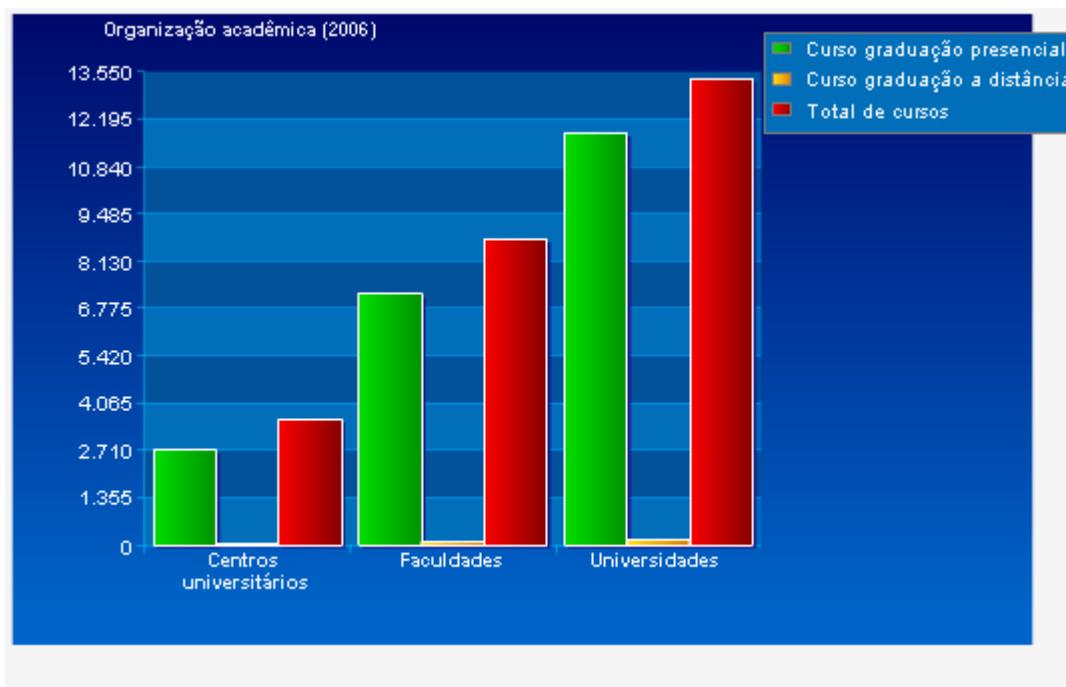


Tabela 13: Total de cursos de graduação por modalidade de ensino, segundo a categoria da IES, Brasil, 2006.

Categoria da IES	Curso graduação presencial	Curso graduação a distância	Curso tecnológico presencial	Curso tecnológico a distância
Privada	15.142	181	3.292	25
Pública	6.627	90	458	9
Total	21.769	271	3.750	34

Figura 7: Total de cursos de graduação por modalidade de ensino, segundo a categoria da IES, Brasil, 2006.

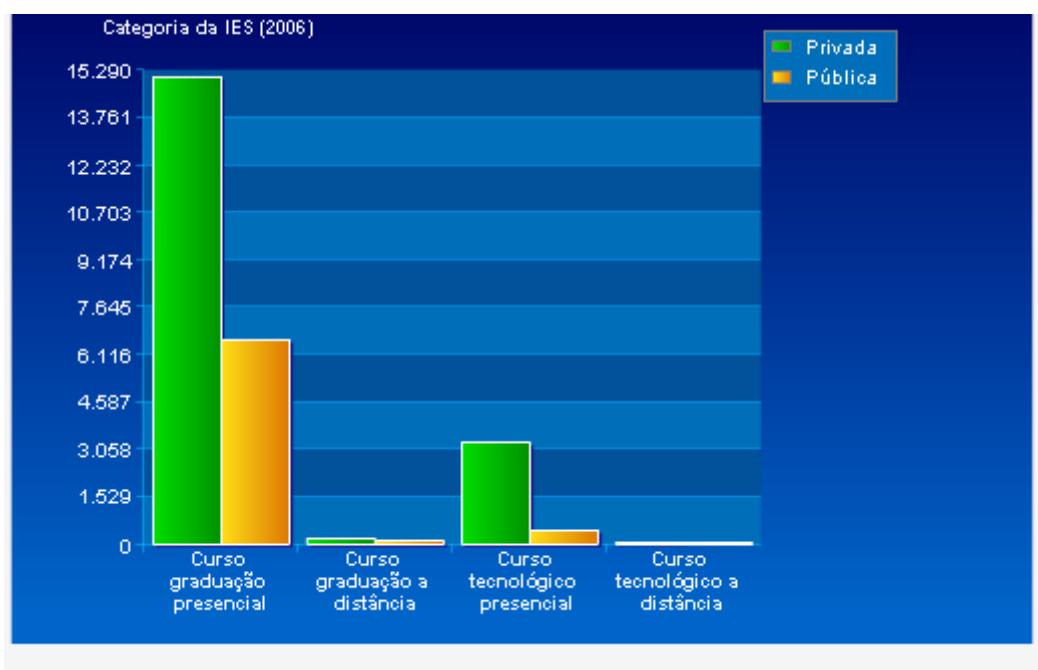


Tabela 14: Total de cursos de graduação por modalidade de ensino, segundo a subcategoria da IES, Brasil, 2006

Subcategoria da IES	Curso graduação presencial	Curso graduação a distância	Curso tecnológico presencial	Curso tecnológico a distância
Estadual	3.564	44	107	0
Federal	2.344	39	304	2
Municipal	719	7	47	7
Particular	15.142	181	3.292	25
Total	21.769	271	3.750	34

Figura 8: Total de cursos de graduação por modalidade de ensino, segundo a subcategoria da IES, Brasil, 2006

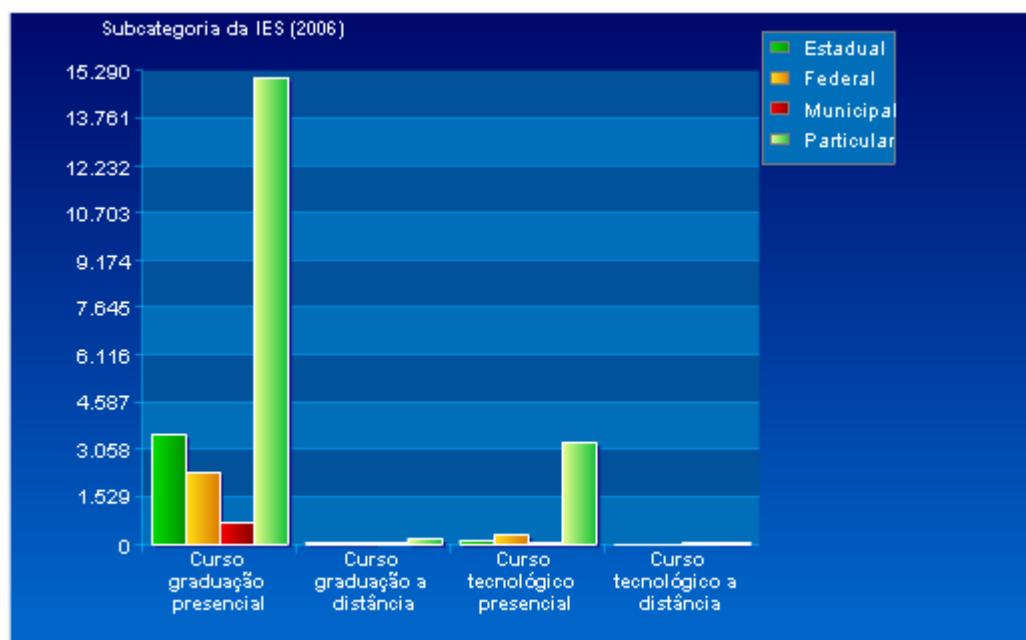
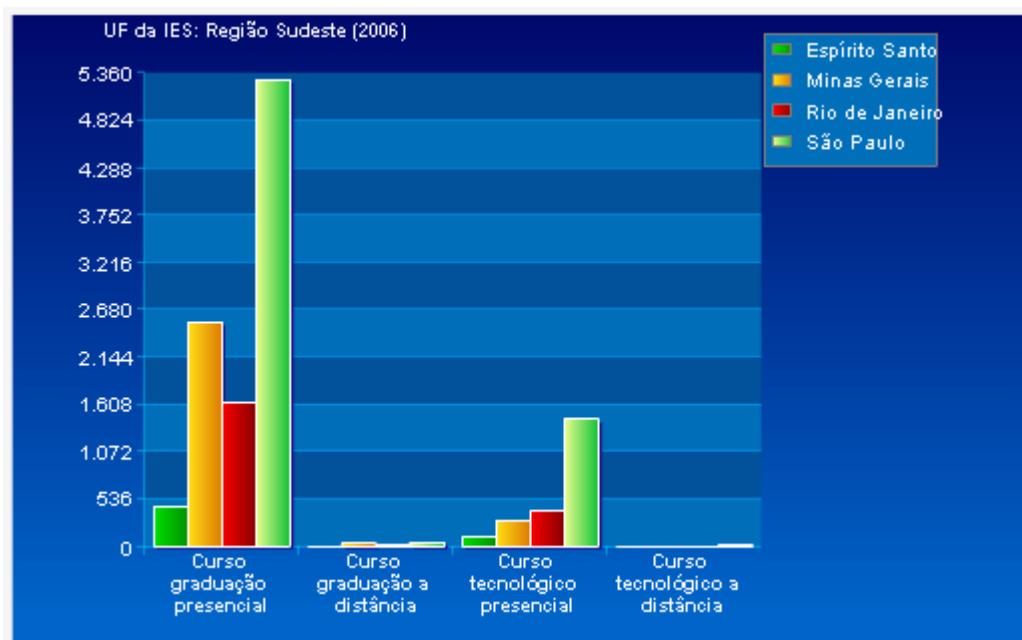


Tabela 15: Total de cursos de graduação por modalidade de ensino, segundo o Estado da região Sudeste, Brasil, 2006.

UF da IES	Curso graduação presencial	Curso graduação a distância	Curso tecnológico presencial	Curso tecnológico a distância
Espírito Santo	455	2	104	0
Minas Gerais	2.554	30	293	0
Rio de Janeiro	1.624	9	397	0
São Paulo	5.309	47	1.444	4
Total	9.942	88	2.238	4

Figura 9: Total de cursos de graduação por modalidade de ensino, segundo o Estado da região Sudeste, Brasil, 2006.



As informações referentes aos cursos de graduação presenciais, apontam a região sudeste como sendo a região de maior concentração de IES com um total de 9.942

(45,67%) sendo o Estado de São Paulo responsável por 5.309 IES o que corresponde a (53,3%) das instituições da região.

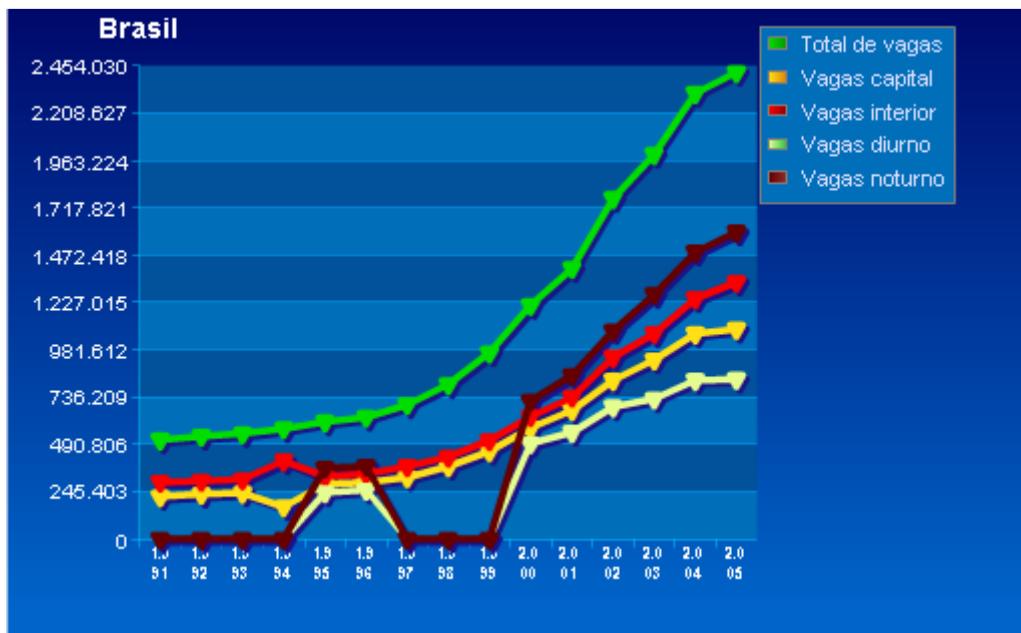
Um dado que chama a atenção é o fato de 11.842 (54,39%) dos cursos de graduação presenciais pertencerem as universidades, com uma participação menor dos Centros Universitários que contam com 2.721 (12,49%) destes cursos comparado as Faculdades com 7.206 IES correspondendo a (33,10%).

Com ralação a categoria da IES, temos um predomínio do setor privado em torno de (69,56%) perfazendo um total de 15.142 instituições ,todas do tipo particular, comparado ao setor público que está composto por 6.627 ( 30,44%) instituições.

Tabela 16: Total de vagas , segundo a oferta por localização e turno, Brasil, 2005.

<b>Ano do Censo</b>	<b>Total de vagas</b>	<b>Vagas capital</b>	<b>Vagas interior</b>	<b>Vagas diurno</b>	<b>Vagas noturno</b>
1993	548.678	239.736	308.942	0	0
1994	574.135	167.242	406.893	0	0
1995	610.355	285.321	325.034	241.236	369.119
1996	634.236	294.201	340.035	255.447	378.789
1997	699.198	320.750	378.448	0	0
1998	803.919	377.690	426.229	0	0
1999	969.159	456.288	512.871	0	0
2000	1.216.287	579.181	637.106	497.173	719.114
2001	1.408.492	670.077	738.415	555.887	852.605
2002	1.773.087	826.640	946.447	688.633	1.084.454
2003	2.002.733	932.798	1.069.935	729.685	1.273.048
2004	2.320.421	1.069.236	1.251.185	826.689	1.493.732
2005	2.429.737	1.092.677	1.337.060	831.554	1.598.183

Figura 10: Total de vagas , segundo a oferta por localização e turno, Brasil, 2005



As informações apresentadas acima apontam que de um total de 2.429.737 vagas oferecidas em 2005, 1.092.677 (44,97%) estão localizadas em capitais enquanto 1.337.060 (55,03%) estão no interior dos Estados. Novamente observamos uma presença importante destas instituições na região sudeste com um total de 1.411.460 vagas o que compreende (58,09%) das IES existentes em toda a região.

Com relação ao turno de oferecimento destas vagas é possível observar que o período noturno é responsável por 1.598.183 vagas o que corresponde a (65,73%) comparado ao período diurno que detém 831.554 vagas e corresponde a (34,22%) daquelas oferecidas no mesmo ano. O crescimento do total de vagas oferecidas é em torno 225,81% no período compreendido entre os anos de 1993 e 2005 com 548.678 e 2.429.737 vagas respectivamente.

Tabela 17: Total de vagas por localização e turno, segundo a região do país, Brasil, 2005.

Região da IES	Total de vagas	Vagas capital	Vagas interior	Vagas diurno	Vagas noturno
Centro-Oeste	201.076	121.973	79.103	68.998	132.078
Nordeste	329.522	204.124	125.398	150.003	179.519
Norte	109.014	77.942	31.072	45.889	63.125
Sudeste	1.411.460	591.964	819.496	451.320	960.140
Sul	378.665	96.674	281.991	115.344	263.321

Figura 11: Total de vagas por localização e turno, segundo a região do país, Brasil, 2005.

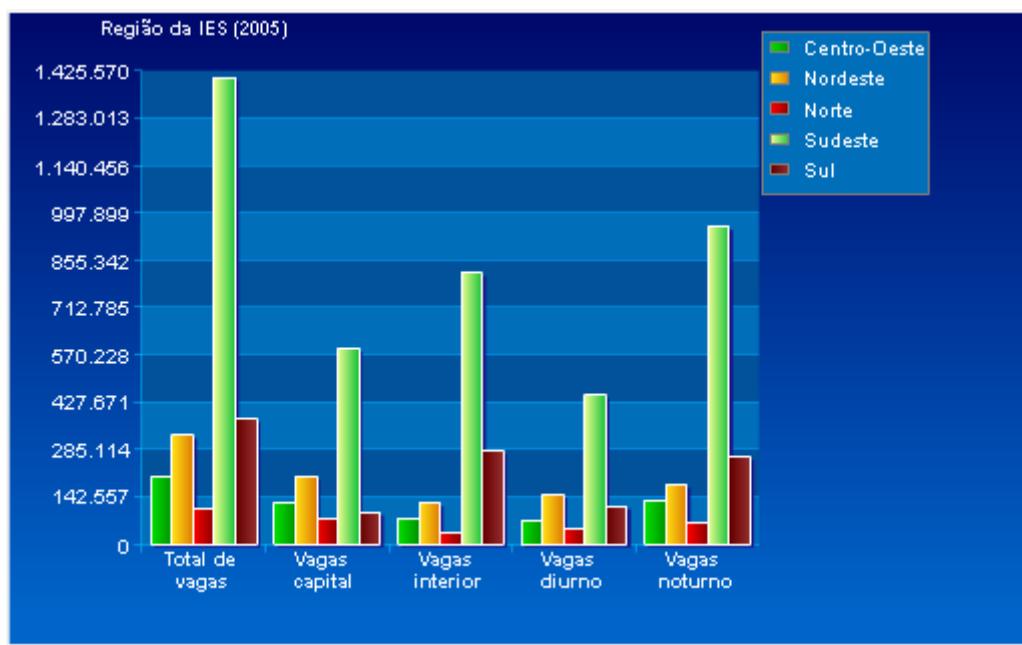


Tabela 18: Total de vagas por localização e turno, segundo a organização acadêmica, Brasil, 2005.

Organização acadêmica	Total de vagas	Vagas capital	Vagas interior	Vagas diurno	Vagas noturno
Centros universi...	483.861	271.555	212.306	156.556	327.305
Faculdades	872.160	362.074	510.086	228.215	643.945
Universidades	1.073.716	459.048	614.668	446.783	626.933

Figura 12: Total de vagas por localização e turno, segundo a organização acadêmica, Brasil, 2005.

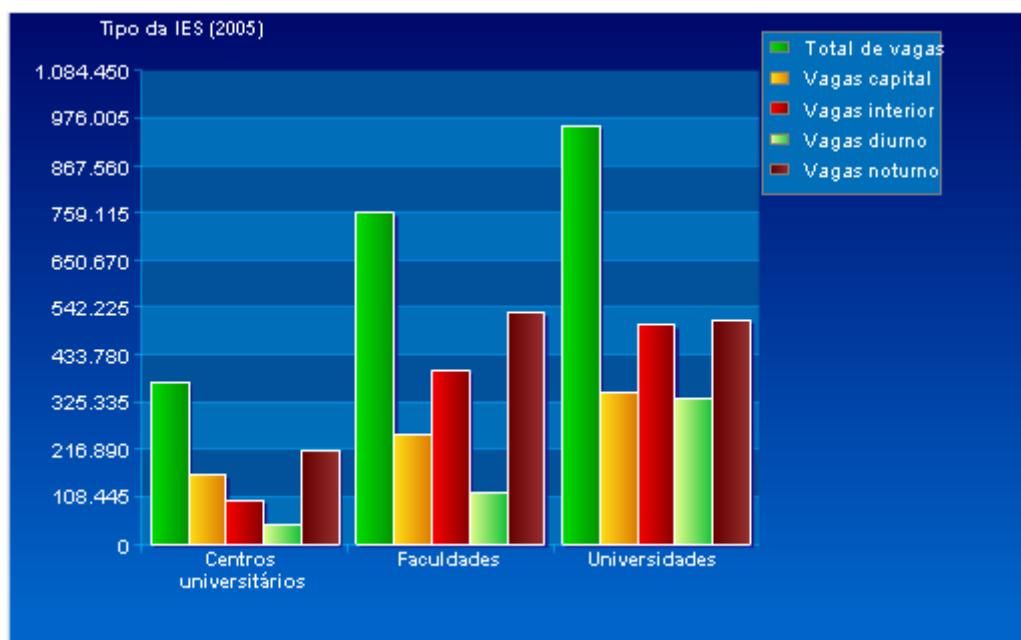


Tabela 19: Total de vagas por localização e turno, segundo a categoria da IES, Brasil, 2005.

Categoria da IES	Total de vagas	Vagas capital	Vagas interior	Vagas diurno	Vagas noturno
Privada	2.117.449	980.096	1.137.353	642.329	1.475.120
Publica	312.288	112.581	199.707	189.225	123.063

Figura 13: Total de vagas por localização e turno, segundo a categoria da IES, Brasil, 2005.

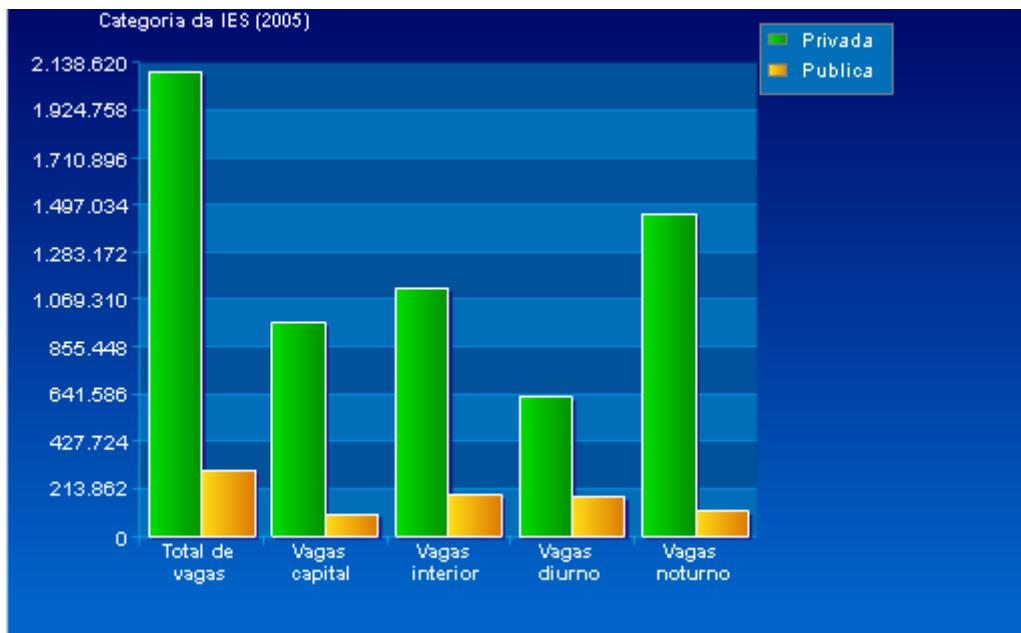


Tabela 20: Total de vagas por localização e turno , segundo a subcategoria da IES, Brasil, 2005.

Subcategoria da IES	Total de vagas	Vagas capital	Vagas interior	Vagas diurno	Vagas noturno
Comunit/Conf/Fil...	748.053	309.703	438.350	262.838	485.215
Estadual	128.948	28.888	100.060	80.657	48.291
Federal	126.254	82.416	43.838	91.288	34.966
Municipal	57.086	1.277	55.809	17.280	39.806
Particular	1.369.396	670.393	699.003	379.491	989.905

Figura 14: Total de vagas por localização e turno, segundo a subcategoria da IES, Brasil, 2005.

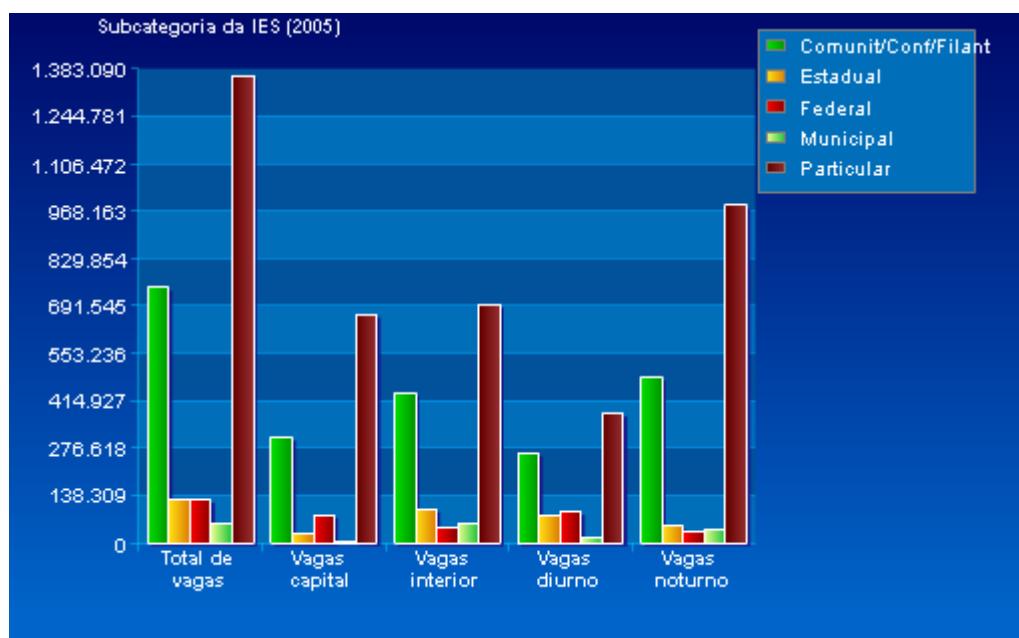
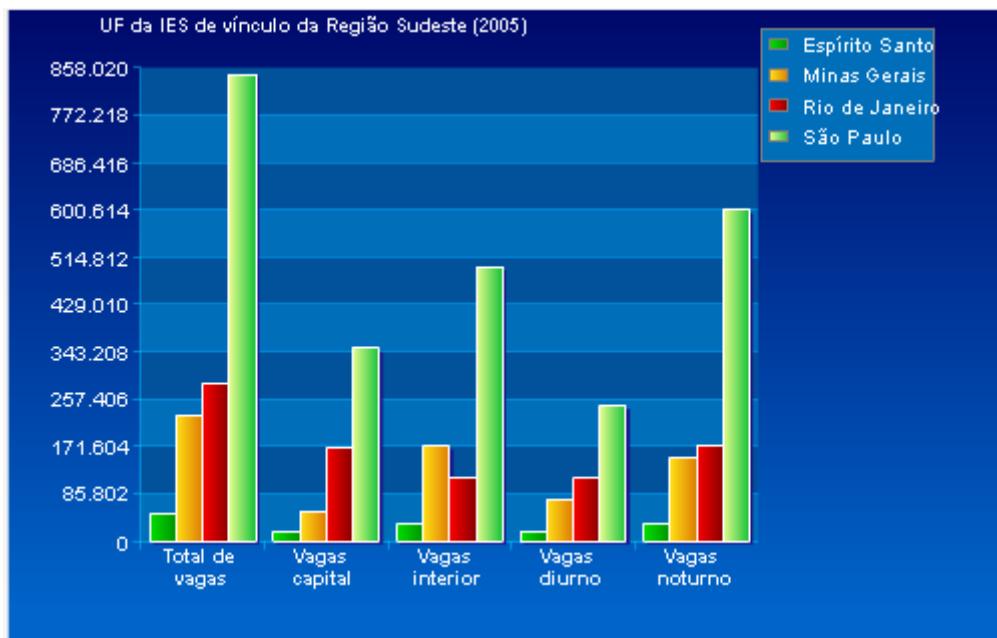


Tabela 21: Total de vagas por localização e turno, segundo o Estado da região Sudeste, Brasil, 2005.

UF da IES	Total de vagas	Vagas capital	Vagas interior	Vagas diurno	Vagas noturno
Espírito Santo	47.911	16.770	31.141	16.273	31.638
Minas Gerais	227.202	54.902	172.300	75.218	151.984
Rio de Janeiro	286.820	169.837	116.983	113.428	173.392
São Paulo	849.527	350.455	499.072	246.401	603.126

Figura 15: Total de vagas por localização e turno, segundo o Estado da região Sudeste, Brasil, 2005.



Os dados acima revelam que do total de 2.429.737 vagas oferecidas em 2005 pelas IES em todo território nacional, a região sudeste é a região de maior concentração com 1.411.460 vagas, o que equivale a (58,09%) das vagas, com localização predominante no Estado de São Paulo com 849.527 matrículas, ou seja, (60,18%) de todas aquelas pertencentes ao Estado de São Paulo. A Universidades são responsáveis por 1.073.716 (44,19%) das vagas, enquanto que os Centros Universitários e as Faculdades oferecem 483.861 (19,91%) e 872.160 (35,90%) vagas respectivamente.

Quanto a categoria das IES, podemos observar que (56,35%) são particulares seguida das Instituições Comunitárias, Confeccionais e Filantrópicas com (30,78%) das vagas.

Figura 16: Total de matrículas por localização, turno e sexo, segundo a região, Brasil, 2005.

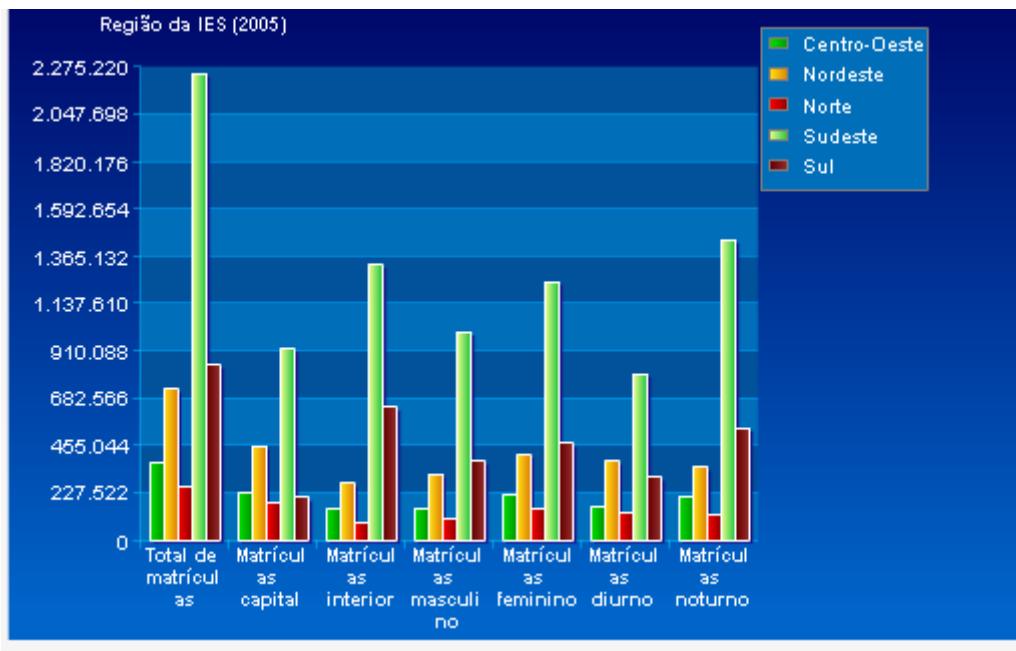
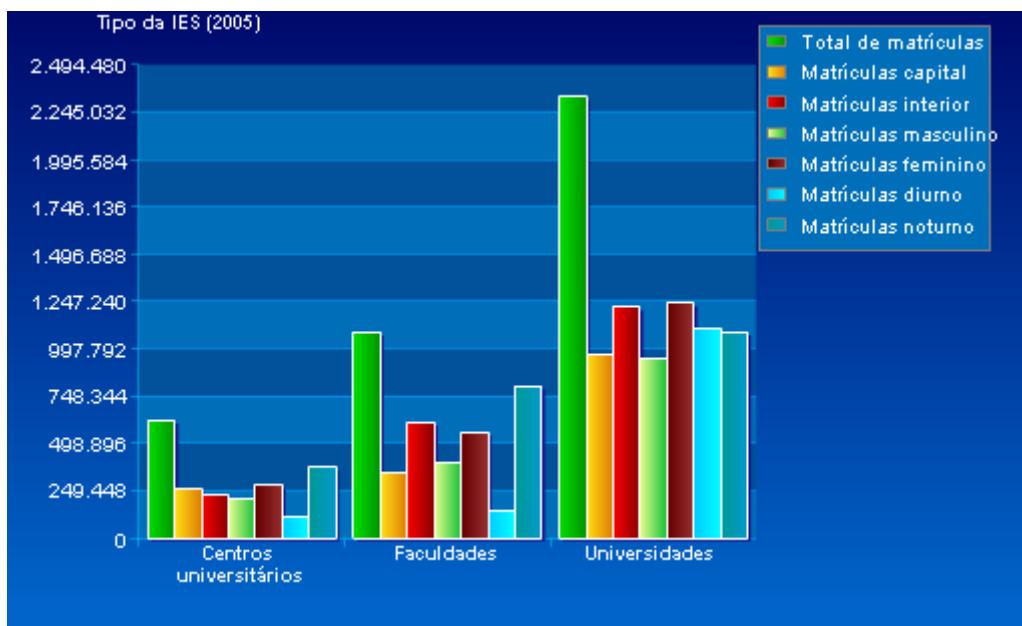


Figura 17: Total de matrículas por localização, turno e sexo, segundo a organização acadêmica, Brasil, 2005.



A partir das informações acima podemos observar que, do total de 4.453.156 matrículas realizadas em 2005, a região Sudeste é responsável por (50,58%) contabilizando 2.252.64 matrículas com uma concentração importante dessas

matrículas no Estado de São Paulo com 1.202.387 ( 53,37%).

Com relação a organização acadêmica, encontramos nas Universidades o maior número de matrículas realizadas no mesmo em todo o território nacional, com um total de 2.46.778 perfazendo (55,45%).

Vale ressaltar o predomínio das Faculdades em relação aos Centros Universitários que foram responsáveis por 225.232 (27,51%) e 758.146( 17,03%) respectivamente.

Figura 18: Total de matrículas por localização, turno e sexo,, segundo a categoria da IES, Brasil,2005.

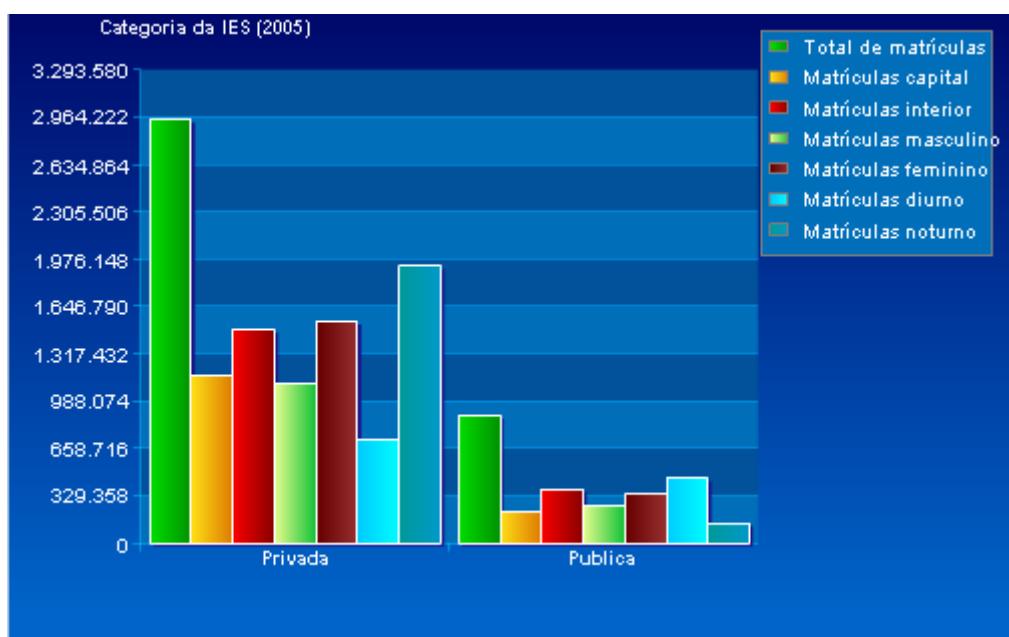


Figura 19: Total de matrículas por localização, turno e sexo, segundo a subcategoria da IES,Brasil,2005.

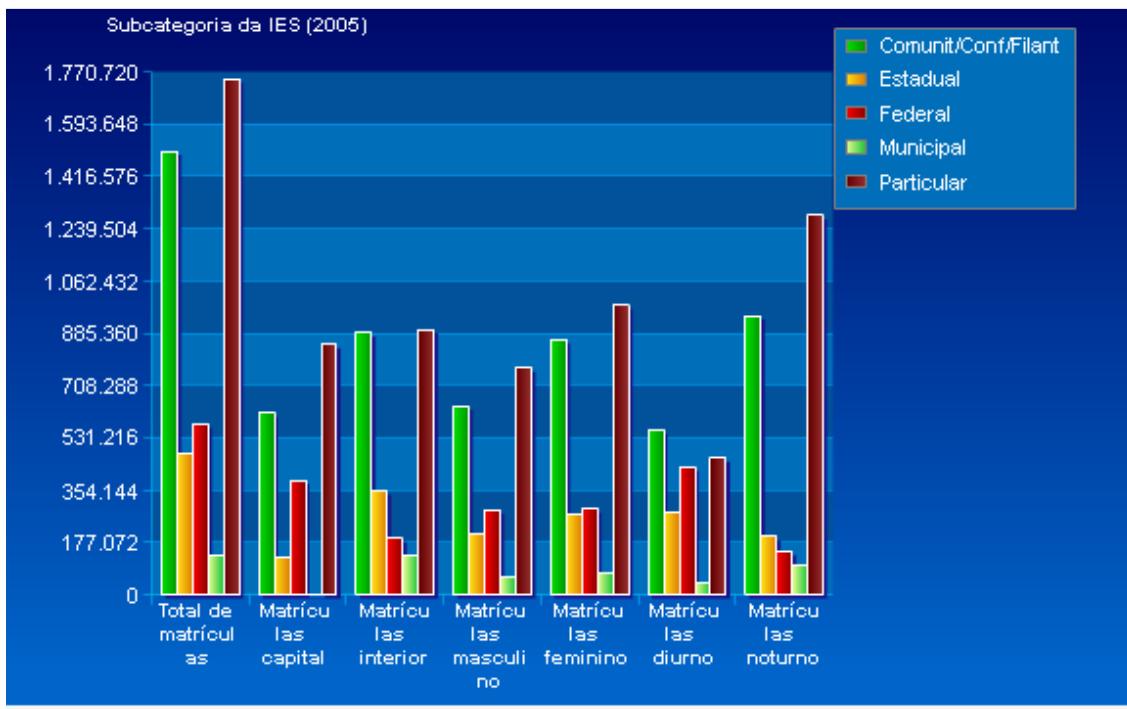
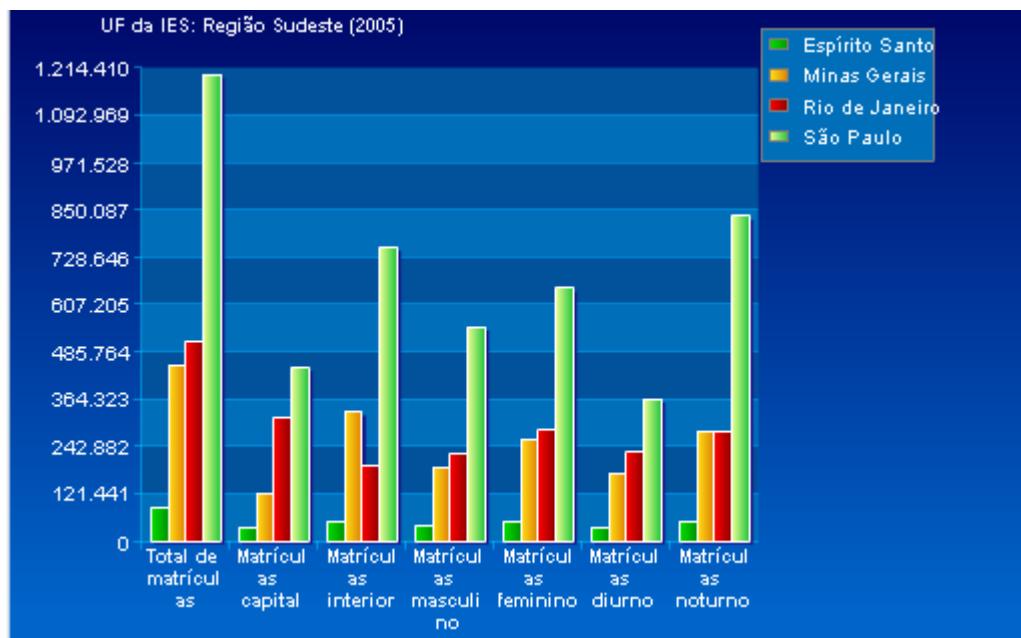


Figura 20: Total de matrículas por localização, turno e sexo, segundo o Estado da região Sudeste, Brasil, 2005.



Novamente podemos constatar que a participação do setor privado é preponderante em relação ao público uma vez que 3.260.967 matrículas , ou seja, ( 73,23%) encontram-se no setor privado enquanto 1.12.189 matrículas

( 26,77%) foram realizadas em IES públicas.

Ao observarmos a subcategoria as quais pertencem as IES constatamos um certo equilíbrio entre a participação das Particulares e das Comunitárias, Confeccionais e Filantrópicas com 1.753.184 ( 39,36%) e 1.507.783 ( 33,86%) do total de matrículas realizadas em 2005.

Figura 21: Total de concluintes por localização, turno e sexo, segundo a região do país, Brasil, 2005.

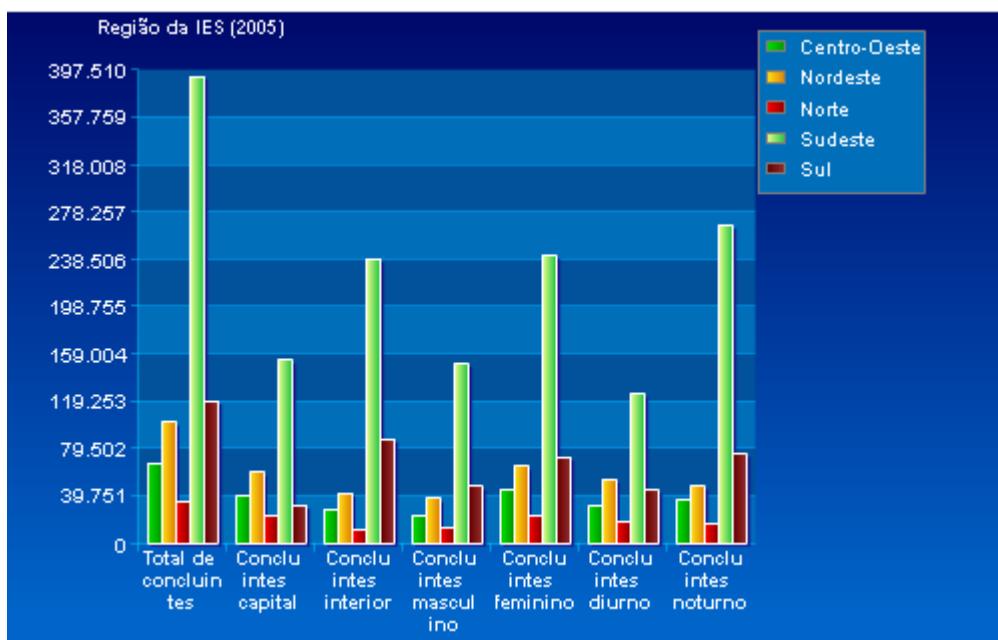


Figura 22: Total de concluintes por localização, turno e sexo, segundo a organização acadêmica, Brasil, 2005.

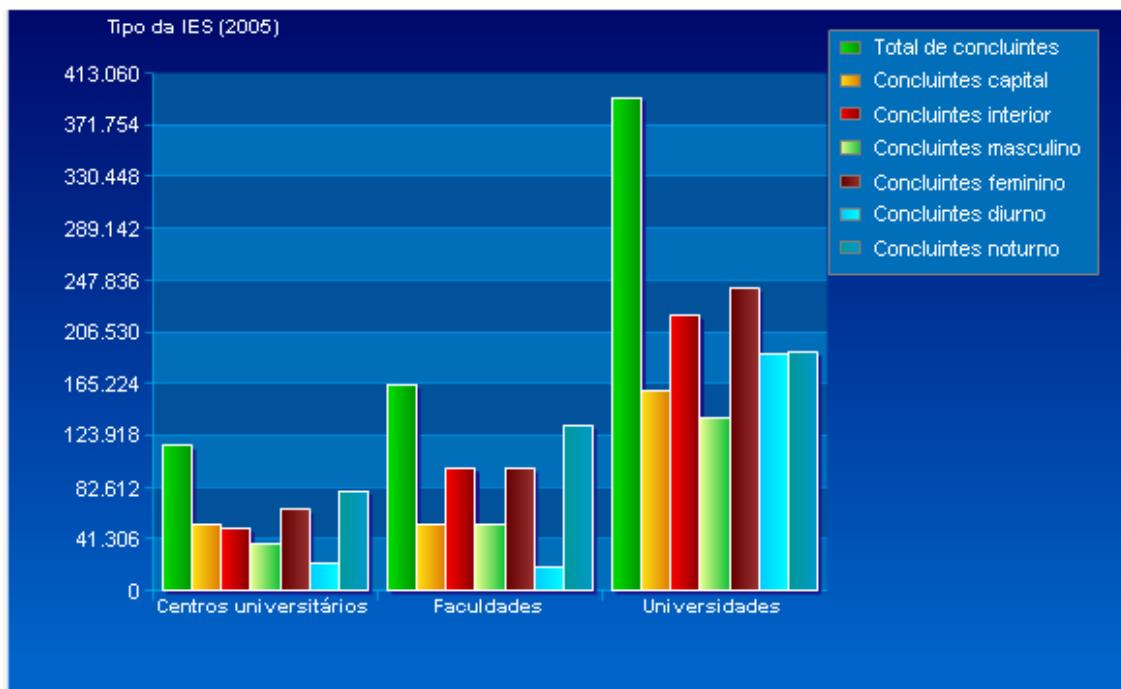


Figura 23: Total de concluintes por localização, turno e sexo, segundo a categoria da IES, Brasil , 2005.

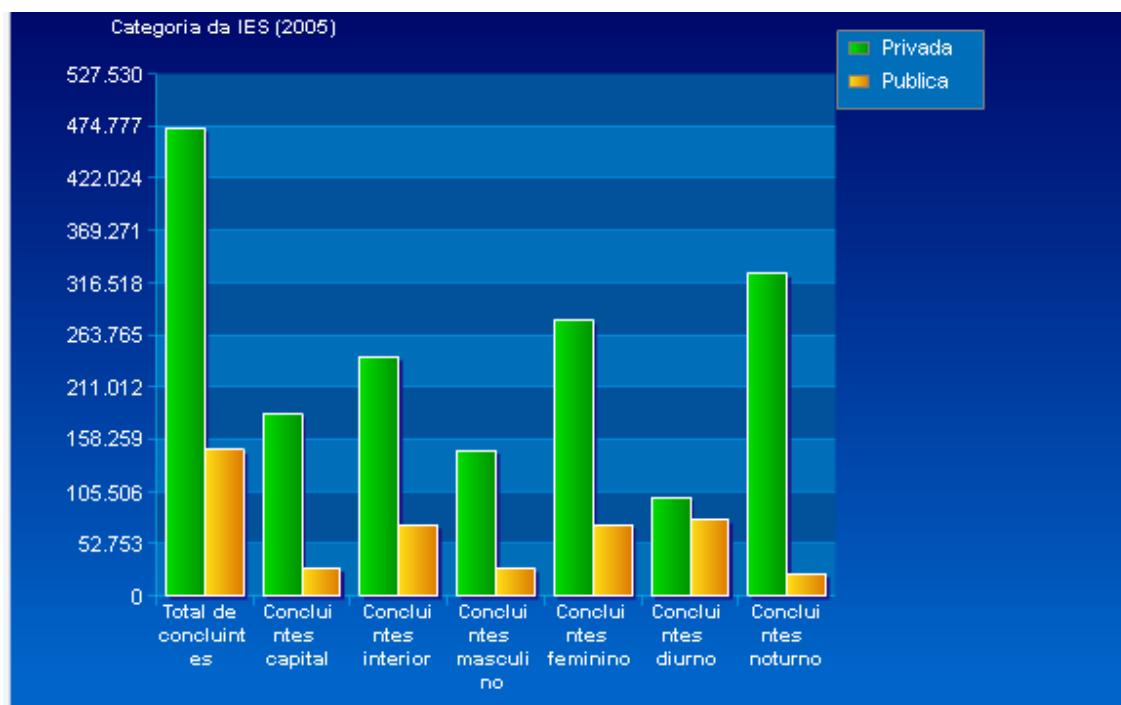


Figura 24: Total de concluintes por localização, turno e sexo, segundo a subcategoria da IES, Brasil, 2005.

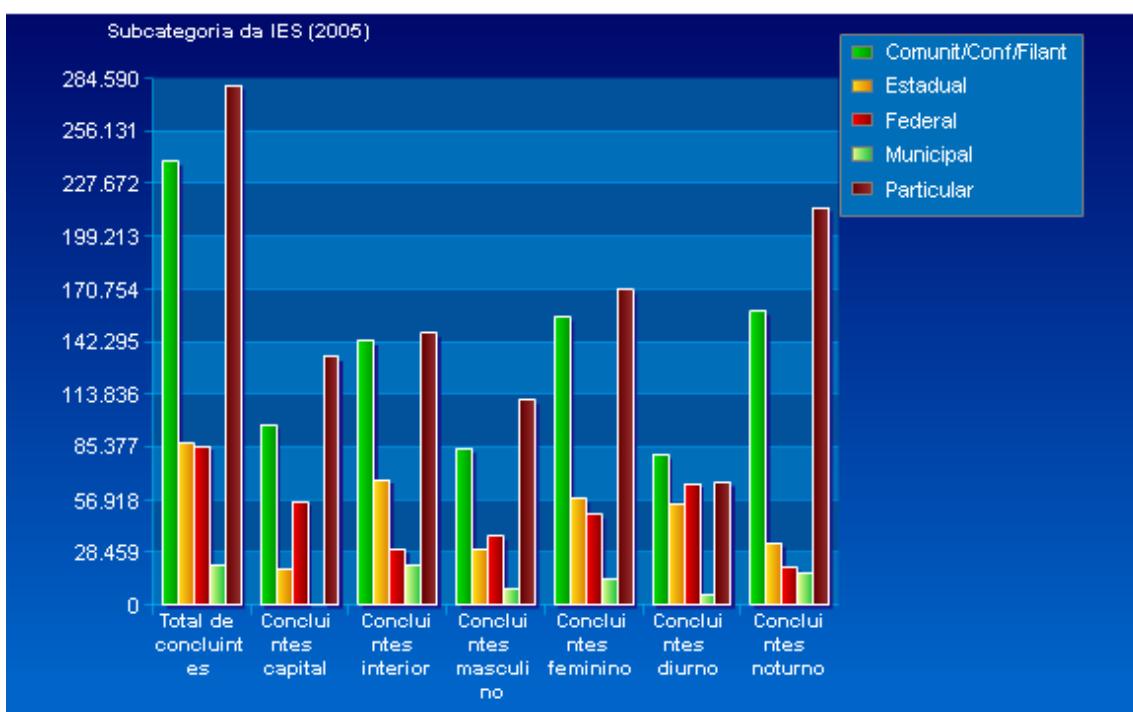
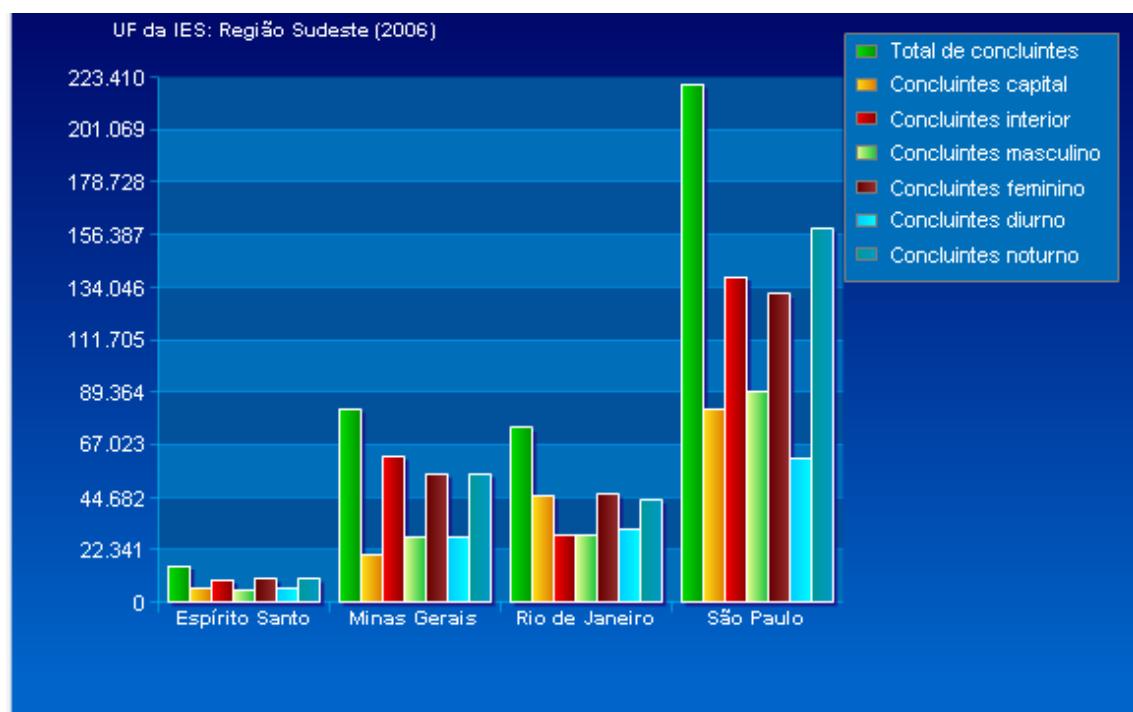


Figura 25: Total de concluintes por localização, turno e sexo, segundo o Estado da região Sudeste, Brasil, 2005.



Os concluintes em 2005 somaram 717.858 estudantes, sendo que a participação da região Sudeste foi de 393.578 ( 54,82%) com o Estado de São Paulo responsável por 221.200 ( 56,20%) dos concluintes.

Observamos que a participação das Universidades é significativa um vez que foram responsáveis por 408.970

( 56,7%) do total de concluintes, seguidas das Faculdades e Centros Universitários com 179.004 ( 24,93%) e 12.884 ( 18,10%) concluintes.

A participação do setor privado segue mantendo o seu predomínio sobre o setor público com 522.304 ( 72,76%) concluintes contra 195.554 ( 27,24%) respectivamente.O equilíbrio entre as Particulares e Comunitárias, Confeccionais e Filantrópicas continua quando observamos que as primeiras foram responsáveis por 281.773 (39,25%) e as segundas registraram 240.531 ( 33,50%) concluintes.

Figura 26: Total de docentes, segundo a titulação máxima, Brasil,2006.

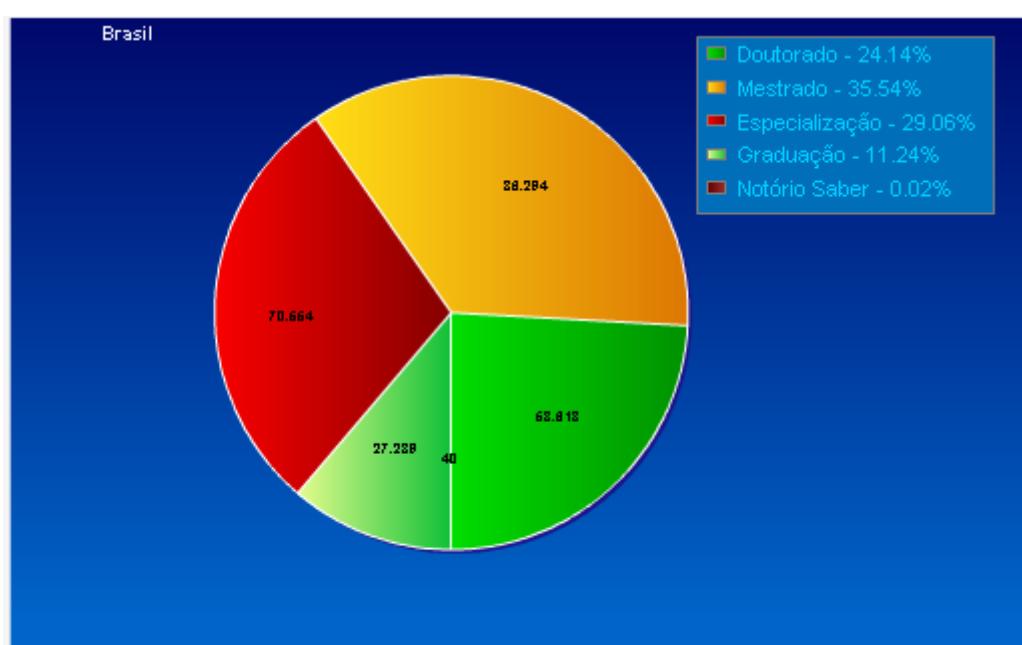


Tabela 22: Total de docentes por titulação máxima , segundo a região , Brasil, 2006.

<b>Região do docente</b>	<b>Doutorado</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Especialização</b>	<b>Graduação</b>	<b>Notório Saber</b>
Centro-Oeste	3.761	7.448	7.887	2.270	9
Nordeste	8.414	14.267	13.294	4.354	5
Norte	1.750	4.104	4.904	1.262	2
Sudeste	32.919	39.907	30.570	15.253	20
Sul	11.774	20.568	13.899	4.150	4
Total	58.618	86.294	70.554	27.289	40

Figura 27: Total de docentes por titulação máxima, segundo a região , Brasil, 2006.

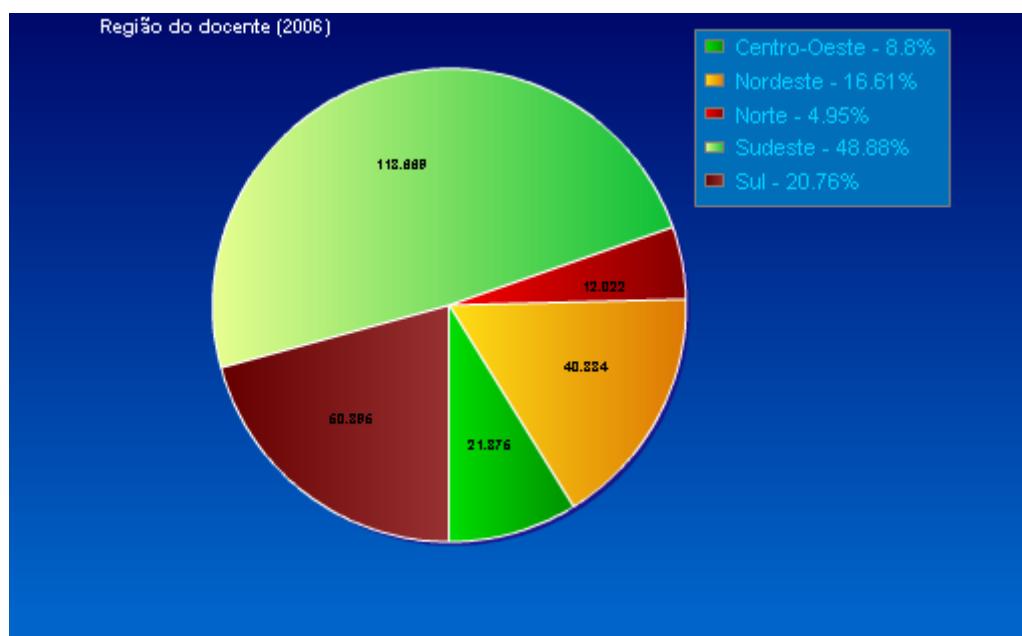


Tabela 23: Total de docentes por titulação máxima, segundo a organização acadêmica, Brasil, 2006.

<b>Organização acadêmica de vínculo</b>	<b>Doutorado</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Especialização</b>	<b>Graduação</b>	<b>Notório Saber</b>
Centros universi...	4.347	14.607	10.820	3.567	3
Faculdades	7.619	30.694	33.113	9.525	17
Universidades	50.544	51.360	30.829	15.437	20
Total	62.510	96.661	74.762	28.529	40

Figura 28: Total de docentes por titulação máxima, segundo a organização acadêmica, Brasil, 2006.

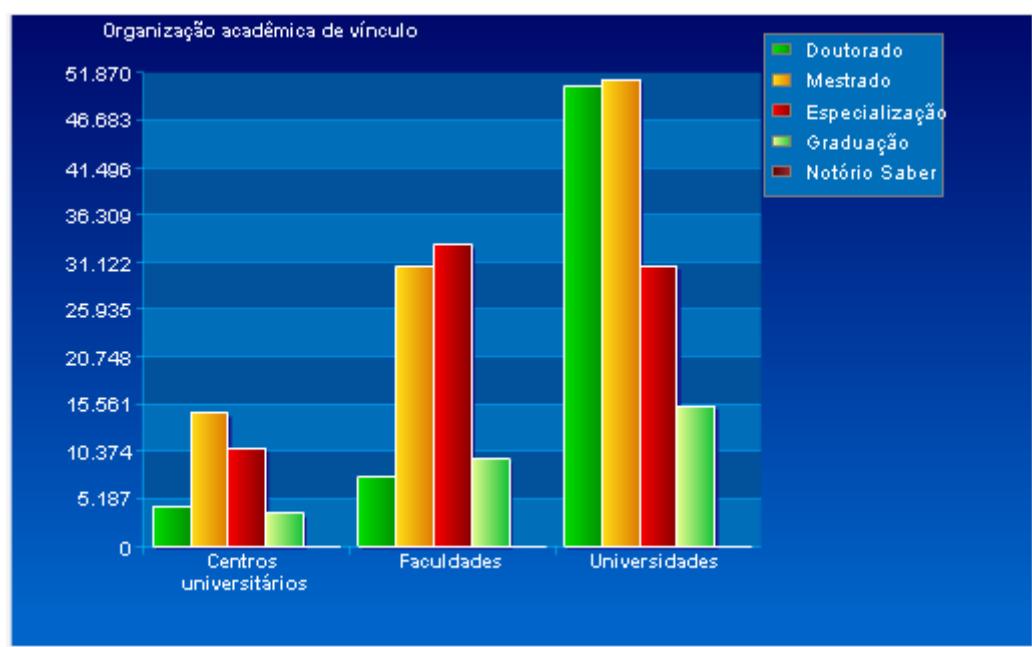


Tabela 24: Total de docentes por titulação máxima, segundo a categoria da IES, Brasil, 2006.

Categoria da IES de vínculo	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Notório Saber
Privada	20.733	63.201	57.196	20.092	25
Pública	40.597	27.461	15.016	7.704	15
Total	61.330	90.662	72.212	27.796	40

Figura 29: Total de docentes por titulação máxima, segundo a categoria da IES, Brasil, 2006.

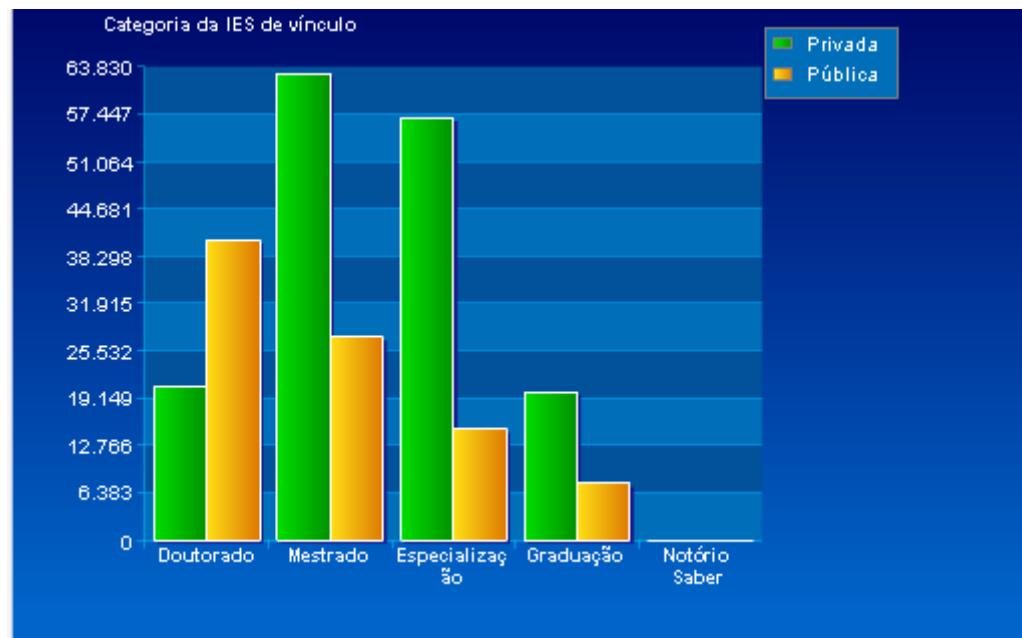


Tabela 25: Total de docentes por titulação máxima, segundo a subcategoria da IES, Brasil, 2006.

<b>Subcategoria da IES de vínculo</b>	<b>Doutorado</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Especialização</b>	<b>Graduação</b>	<b>Notório Saber</b>
Estadual	15.324	9.808	6.651	2.354	4
Federal	24.449	15.119	5.917	4.891	9
Municipal	1.109	2.784	2.542	502	2
Particular	20.733	63.201	57.196	20.092	25
Total	61.615	90.912	72.306	27.839	40

Figura 30: : Total de docentes por titulação máxima, segundo a subcategoria da IES, Brasil, 2006.

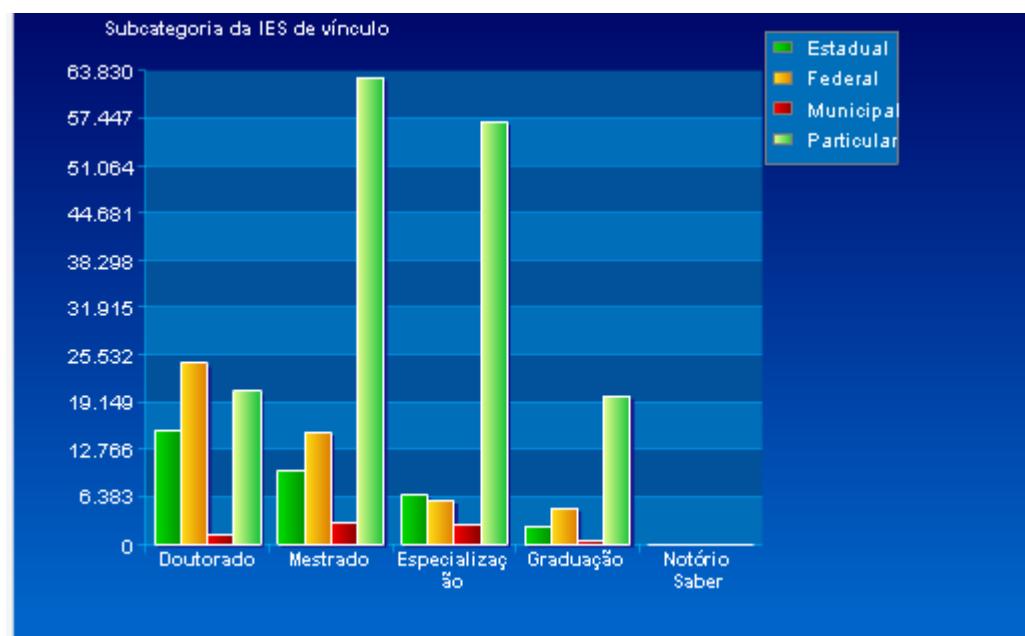


Tabela 26: Total de docentes por titulação máxima, segundo a cor/raça, Brasil, 2006.

<b>Cor/Raça</b>	<b>Doutorado</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Especialização</b>	<b>Graduação</b>	<b>Notório Saber</b>
Amarela	848	1.006	720	353	0
Branca	37.517	61.617	50.502	18.884	32
Indígena	144	185	127	28	0
Não Informada	16.058	14.135	9.517	4.899	3
Negra	625	1.450	1.328	473	1
Parda	3.426	7.901	8.360	2.652	4
Total	58.618	86.294	70.554	27.289	40

Figura 31: Total de docentes por titulação máxima, segundo a cor/raça, Brasil, 2006.

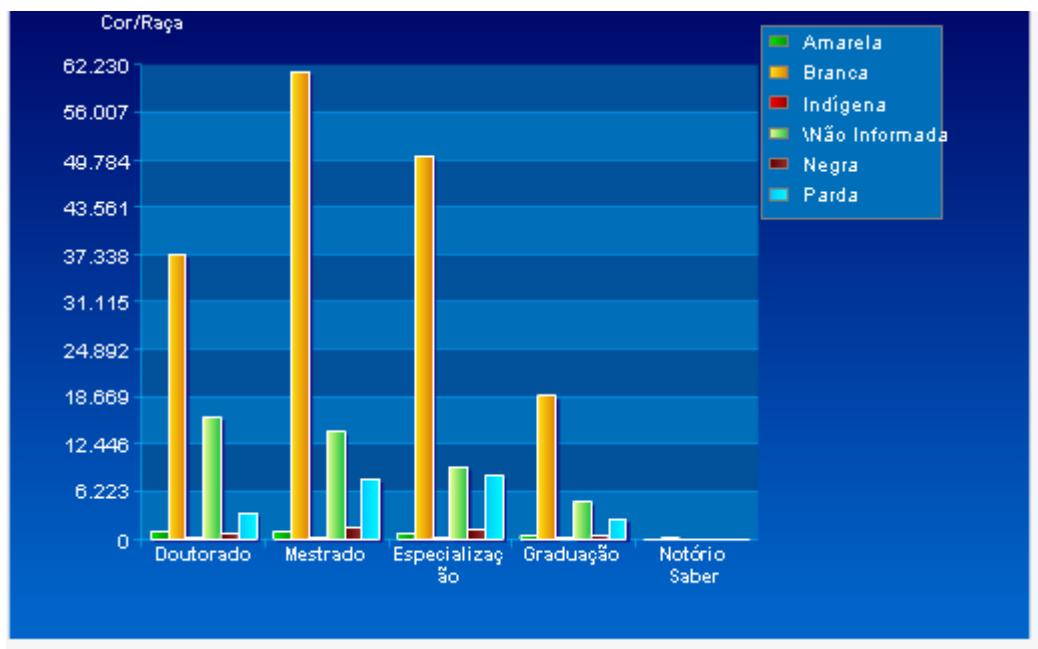


Tabela 27: Total de docentes por titulação máxima , segundo a faixa etária, Brasil, 2006.

Faixa etária	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Notório Saber
Não Informado	769	296	182	70	0
[0 - 30]	604	8.162	8.991	6.871	11
[31 - 40]	12.911	30.702	23.906	8.349	13
[41 - 50]	21.729	26.752	20.507	5.841	12
[51 - 60]	16.330	15.396	12.412	3.843	2
[61 - acima]	6.275	4.986	4.556	2.315	2
Total	58.618	86.294	70.554	27.289	40

Figura 32: Total de docentes por titulação máxima , segundo a faixa etária, Brasil, 2006.

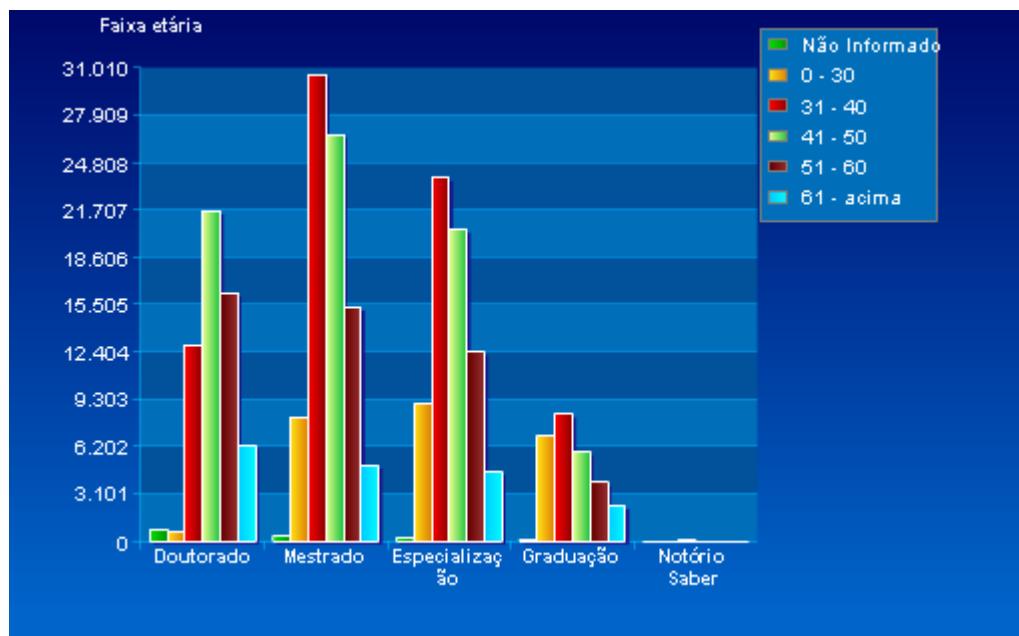


Tabela 28: Total de docentes por titulação máxima, segundo o Estado da Região Sudeste, Brasil,2006.

<b>UF do docente</b>	<b>Doutorado</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Especialização</b>	<b>Graduação</b>	<b>Notório Saber</b>
Espírito Santo	703	1.785	1.785	760	2
Minas Gerais	5.786	9.402	9.743	3.216	5
Rio de Janeiro	7.426	9.484	6.172	3.867	3
São Paulo	19.004	19.236	12.870	7.410	10
Total	32.919	39.907	30.570	15.253	20

Figura 33: Total de docentes por titulação máxima, segundo o Estado da região Sudeste, Brasil,2006.

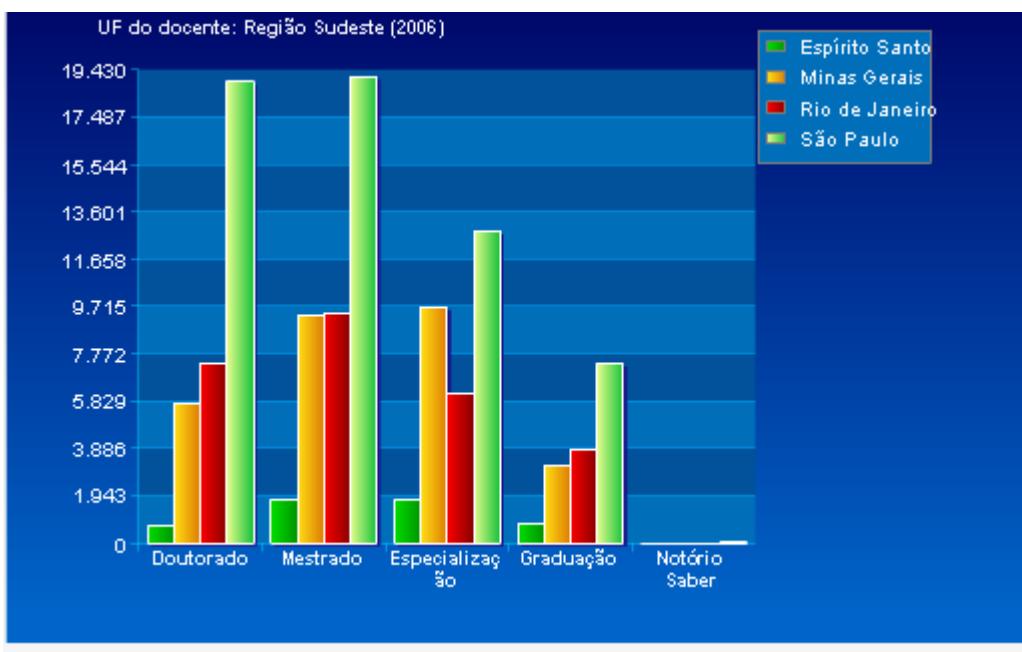


Tabela 29: Total de docentes em exercício, segundo a região do país, Brasil,2005.

<b>Região da IES</b>	<b>Funções docente</b>
Norte	14.890
Centro-Oeste	27.288
Nordeste	53.636
Sul	62.161
Sudeste	147.985

Figura 34: Total de docentes em exercício, segundo a região do país, Brasil, 2005.

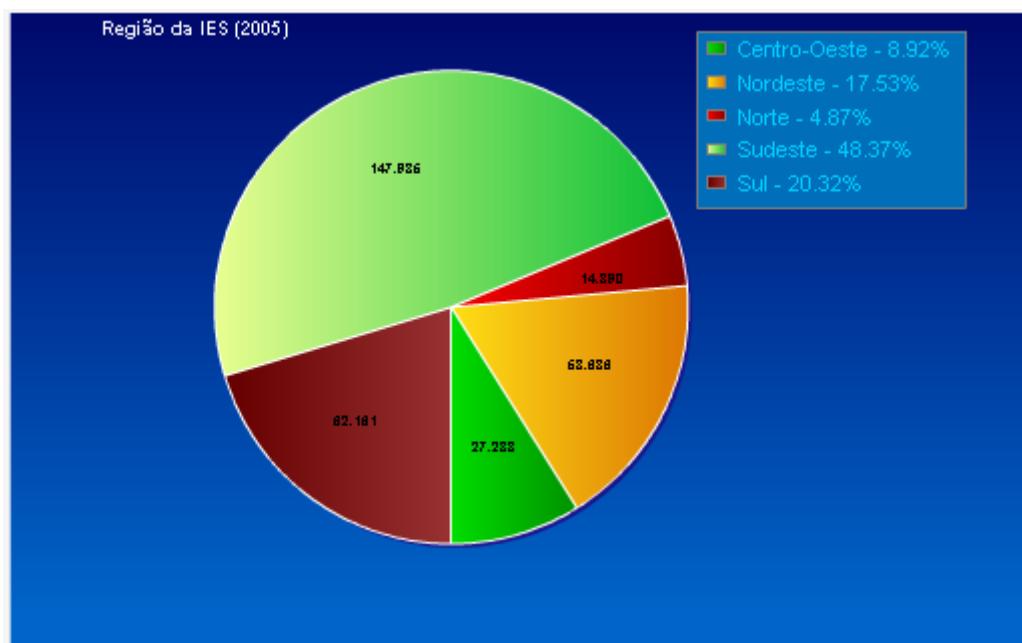


Tabela 30: Total de docentes em exercício, segundo a organização acadêmica, Brasil, 2005.

<b>Organização acadêmica</b>	<b>Funções docente</b>
Centros universitários	43.368
Faculdades	94.623
Universidades	167.969

Figura 35: Total de docentes em exercício, segundo a organização acadêmica, Brasil, 2005.

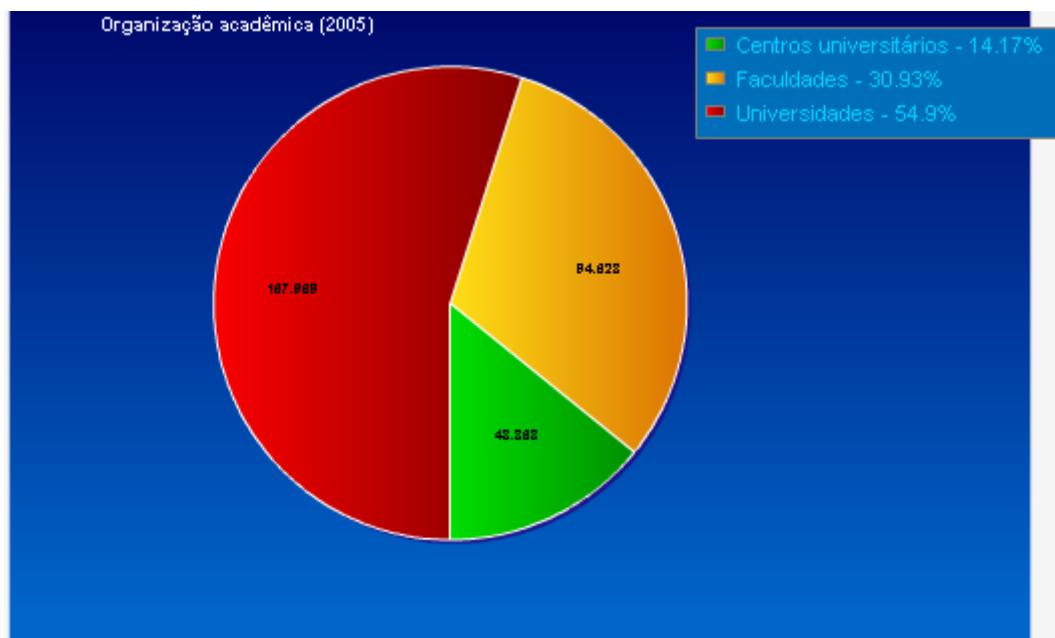


Tabela 31: Total de docentes em exercício, segundo a categoria da IES, Brasil, 2005.

Categoria da IES	Funções docente
Privada	201.841
Publica	104.119

Figura 36: Total de docentes em exercício, segundo a categoria da IES, Brasil, 2005.

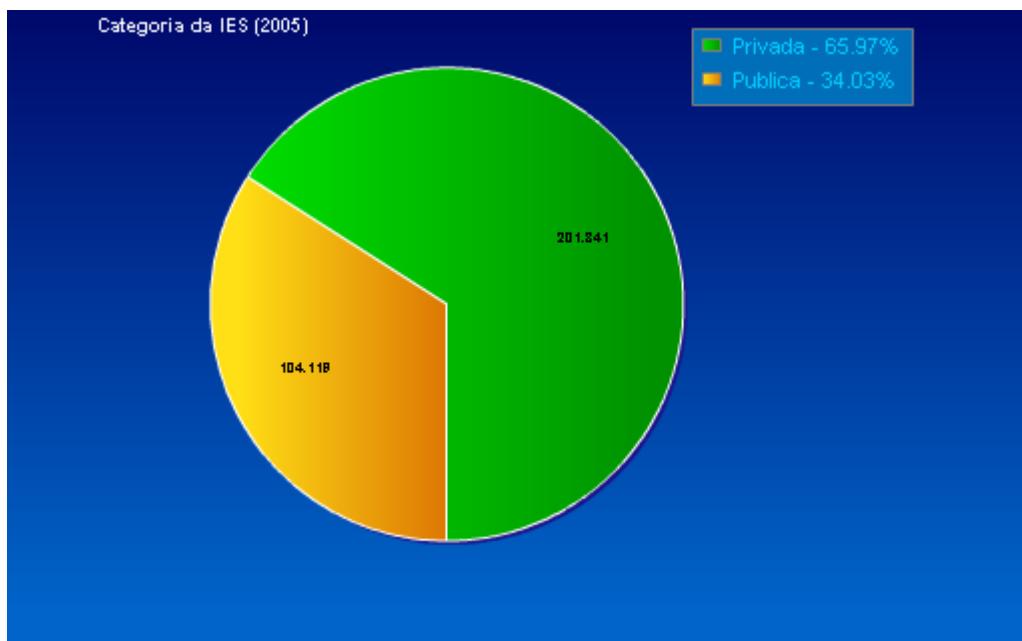


Tabela 32: Total de docentes em exercício, segundo a subcategoria da IES, Brasil, 2005.

Subcategoria da IES	Funções docente
Comunit/Conf/Filant	88.671
Estadual	39.780
Federal	56.565
Municipal	7.774
Particular	113.170

Figura 37: Total de docentes em exercício, segundo a subcategoria da IES, Brasil, 2005.

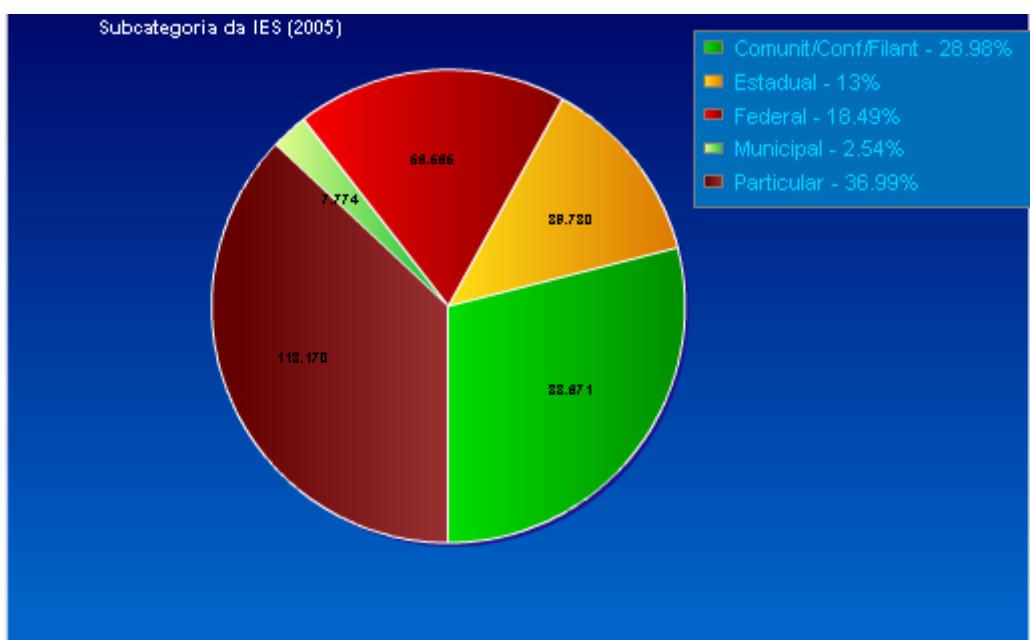
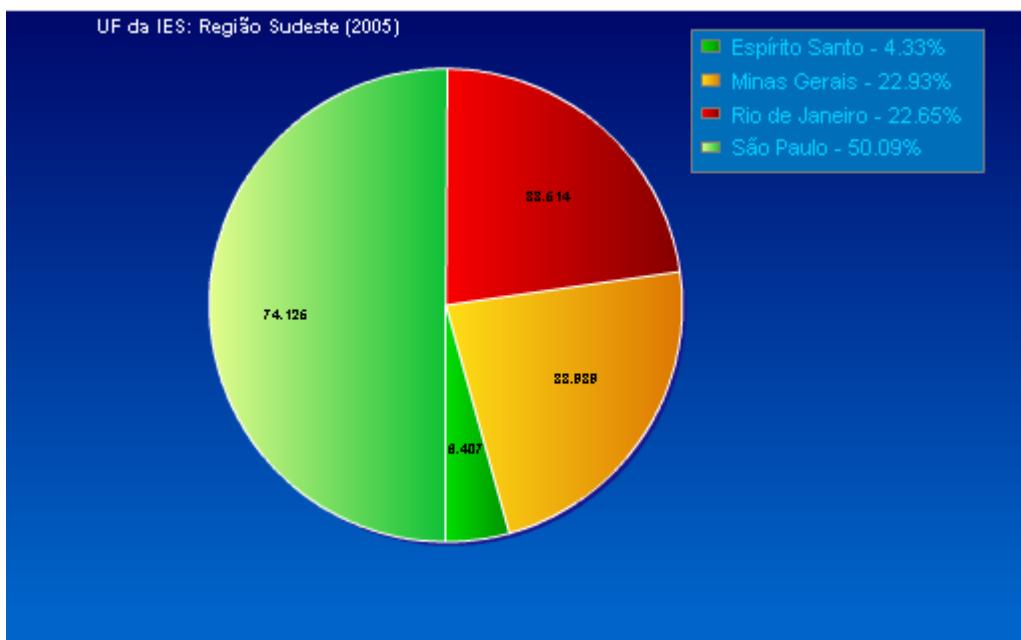


Tabela 33: Total de docentes em exercício, segundo o Estado da região Sudeste, Brasil, 2005.

<b>UF da IES</b>	<b>Funções docente</b>
Espírito Santo	6.407
Minas Gerais	33.939
Rio de Janeiro	33.514
São Paulo	74.125

Figura 38: Total de docentes em exercício, segundo o Estado da Região Sudeste, Brasil, 2005.



De acordo com os dados de 2006, o corpo docente pertencente as IES está caracterizado como se segue:

Total de docentes em todo o território nacional: 242.795

Predomínio de docentes pertencentes a raça branca e das faixas etárias de 31 - 40 anos e 41 – 50 anos com ( 31,42%) e ( 30,99%) respectivamente.

Região Sudeste : 118.669 docentes ( 48,87%)

Titulação Máxima:

Doutorado: 58.618 docentes ( 24,14%)

Mestrado : 86.294 docentes ( 35,54%)

Especialização : 70.554 docentes ( 29,05%)

Graduação: 27.289 docentes ( 11,23%)

Notório Saber : 40 docentes ( 0,01%)

A região Sudeste é responsável por:

32.919 ( 56,15%) do total de doutores existentes no país;

39.907 ( 46,24%) do total de mestres;

30.570 ( 43,32%) do total de especialistas;

15.253 ( 55,8%) do total de graduados e

20 ( 50,0%) do total de docentes com Notório Saber.

Quanto a organização acadêmica temos que, 148.190 ( 56,45%) docentes estão lotados nas Universidades, seguidas das Faculdades e Centros Universitários com 80.968 ( 30,84%) e 33.344 ( 12,70%) respectivamente.

Com relação a titulação máxima podemos observar :

De total de doutores existentes no país a grande parte (80,85% )está lotada nas universidades, o mesmo podendo ser observado em relação aos mestres com (53,13% ) , graduados ( 54,10%) e docentes com Notório Saber( 50,0%) que também encontram-se vinculados as universidades.

Já com relação aos especialistas observamos uma proporção maior nas Faculdades ( 44,29%) em relação as universidades ( 41,23%).

Com relação a categoria da IES, a tendência do predomínio do setor privado se repete com a participação de (63,97%) do total de docentes nesse setor contra (36,02%) no setor público.

Ao observamos os dados referentes a titulação máxima versus categoria das IES, constatamos que, (66,19%) dos doutores estão lotados no setor público, contudo o mesmo não acontece com os mestres , especialistas, graduados e notório saber, cuja lotação encontra-se predominantemente no setor privado com ( 30,28%),(79,20%), (72,28%) e (62,5%) respectivamente.

Do total de docentes em exercício, (48,37%) estão localizados na região Sudeste, com (54,%) sendo o Estado de São Paulo responsável por (50,09%) destes docentes. A grande parte está lotada em Universidades, com atuação predominante no setor privado ( 65,7%) .

## 10. A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM NÚMEROS: SINPRO CAMPINAS E REGIÃO

Tabela 34: Total de IES privadas pertencentes a base do Sinpro Campinas e Região, Campinas,2007.

	N	%
Campinas	16	40,00
Piracicaba	06	15,00
Limeira	05	12,50
Amparo	01	2,50
Pinhal	01	2,50
Americana	05	12,50
Araras	02	5,00
MogiMirim	01	2,50
S.B.Oeste	01	2,50
Araras	02	5,00
Total	40	100,00

Tabela 35: Total de IES privadas em Campinas, segundo a instituição e o número de docentes, Campinas,2007.

	N	%
Esamc de Campinas	63	3,26

FAC de Campinas	12	0,62
FACAMP ( Ad.)	17	0,88
SLMANDIC	43	2,23
IBTA Campinas	40	2,07
FACAMP (Econ.)	113	5,84
FATEC de Campinas	30	1,55
INPG Campinas	05	0,26
FLEMING	09	0,47
POLICAMP	31	1,61
IESCAMP	149	7,71
PUC-CAMPINAS	946	48,97
METROCAMP	148	7,66
UNIP	135	6,99
IPEP	149	7,71
UNISAL	42	2,17
TOTAL	1932	100,00

Tabela 36: Total de IES privadas por município e instituição da base do Sinpro Campinas, segundo o número de docentes, Campinas, 2007.

	Nº	%
Amparo (Faculdades Integradas)	27	100,00
<b>Sub Total</b>	<b>27</b>	<b>0,66</b>
Pinhal (C. R.Universitário)	225	100,00
<b>Sub Total</b>	<b>225</b>	<b>5,51</b>
Araras (UNAR)	52	16,77
Araras (UNIARARAS)	258	83,22
<b>Sub Total</b>	<b>310</b>	<b>7,59</b>
Mogi Mirim (F.DE DIREITO)	53	100,00
<b>Sub Total</b>	<b>53</b>	<b>1,30</b>
Limeira (UNIP)	11	2,63
Limeira (F. de AD. E ARTES)	26	6,23
Limeira (EINSTEIN)	114	27,33
Limeira (FAC)	27	6,47
Limeira( ISCA)	239	57,31
<b>Sub Total</b>	<b>417</b>	<b>10,21</b>
Piracicaba ( UNIMEP)	634	91,88
Piracicaba ( F.S.S Maria Imaculada)	08	1,15
Piracicaba ( Dom Bosco)	26	3,76
Piracicaba ( F. Anglo)	02	0,28
Piracicaba ( F.COC )	08	1,15
Piracicaba (FATEP)	12	1,73
<b>Sub Total</b>	<b>690</b>	<b>16,90</b>

S. Bárbara D'Oeste ( FAC)	27	100,00
<b>Sub Total</b>	<b>27</b>	<b>0,66</b>
Americana ( FAM)	232	57,71
Americana ( UNISAL)	26	6,46
Americana ( IESA)	16	3,98
Americana ( FAC)	87	21,64
Americana ( F. de Tecnologia )	41	10,19
<b>Sub Total</b>	<b>402</b>	<b>9,85</b>
Campinas	<b>1932</b>	<b>47,32</b>
<b>Total</b>	<b>4083</b>	<b>100,00</b>

IES Prioritárias para atuação imediata do Sinpro Campinas:

Total de IES: 11

Total de Docentes : 1876 docentes

ESAMC	63
FACAMP ( Ad.)	17
SLMANDIC	43
IBTA Campinas	40
FACAMP (Econ.)	113
POLICAMP	31
IESCAMP	149
PUC-CAMPINAS	946
METROCAMP	148
UNIP	135
IPEP	149
UNISAL	42

Plano de ação imediato:

- 1) Enviar carta para as IES solicitando a colocação do quadro de avisos; ( até 31 de agosto)
- 2) Agendar reunião com direção da escola para apresentação do Sinpro;( até 31 de agosto)
- 3) Solicitar informações sobre os horários de funcionamento das escolas;( até 31 de agosto)
- 4) Solicitar informações sobre os horários de reuniões docentes e de planejamentos;( até 31 de agosto)

- 5) Realizar um levantamento dos professores sindicalizados por IES ( até 30 de setembro)
- 6) Realizar um levantamento dos professores não sindicalizados por IES ( até 30 de setembro)
- 7) Desencadear campanha de sindicalização nas escolas ( até a 1<sup>a</sup> quinzena de dezembro)
- 8) Realizar conjuntamente com a imprensa um cronograma de materiais de periodicidade mensal para o abastecimento das visitas as escolas.( até 31 de agosto)

Todas as informações aqui descritas foram retiradas dos portais do MEC, INEP e SINAES e também contou com a colaboração e complementação dos diretores e funcionários da sede e subsedes se configurando portanto em um esforço coletivo em construir um material que subsidie as elaborações e ações em torno da educação superior.





